

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

SARA MARIANA DE CASTRO

MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: QUAL A INFLUÊNCIA DE
PROJETOS DE APOIO EM SEUS COTIDIANOS?

SÃO CARLOS – SP

2024

Sara Mariana de Castro

Mulheres Egressas do Sistema Prisional: qual a influência de projetos de apoio em seus cotidianos?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional a Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Carla Regina Silva

Parecerista: Rodolfo Morrison Jara

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

SÃO CARLOS – SP

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todas as mulheres que se fizeram presentes para este trabalho acontecer.

Primeiramente, as da minha família que sempre me apoiaram e deram o suporte necessário para que eu conseguisse concluir mais esta etapa da minha vida. Minha avó, Dona Ana, por ter me criado com todo o carinho, dedicação, amor e paciência e ser a mulher mais forte que conheço. À minha mãe e minhas tias por toda a dedicação e cuidado que tiveram e tem comigo, fazendo com que o meu caminho esteja sendo mais fácil do que foram para elas. À minha prima, Vitória, por ser minha primeira melhor amiga. Sou uma mulher mais forte com vocês.

Às mulheres que tenho o prazer de chamar de amigas. Nossas risadas compartilhadas, os choros escutados, as trocas de afeto e cuidado também me ajudaram a chegar até aqui, sem vocês o caminho teria sido doloroso e solitário. Sara, Suzana, Annie, Fernanda, Marina, Nicole e Gabriela, sou grata a vocês.

À minha orientadora, Carla, pela dedicação, paciência, trocas e orientações (rs). Sou grata por ter acreditado em mim e ter embarcado comigo nessa. Seu afeto me inspira.

Quero agradecer especialmente, as participantes que se disponibilizaram em compartilhar sobre coisas tão profundas e inspiradoras. Sou grata por poder construir esta pesquisa junto a vocês.

Às mulheres da equipe Casa Flores, que abriram suas portas para mim, foram gentis e disponíveis em todo o momento. Agradeço por serem mulheres que acreditam e agem em prol de outras mulheres.

Sou grata às mulheres que foram inspiração e referência para este trabalho e também à todas as outras que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento do mesmo. Cada uma de vocês tem parte na responsabilidade da conclusão deste processo.

À todas as mulheres que ainda estão por vir e que, de alguma forma, terão seus corpos à frente de trabalhos que visam apoiar outras mulheres.

Gostaria de agradecer também à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo incentivo financeiro.

Este trabalho é dedicado às mulheres que passaram e passam pela experiência do cárcere, seja dentro ou fora das celas, como forma de colaborar para uma a promoção de ações humanizadas, potentes e capazes de promover mudanças necessárias em seus cotidianos.

“Cada pessoa é um universo fértil e abundante e cada história é singular”

(Flavia Ribeiro de Castro)

RESUMO

A população carcerária no Brasil é a terceira maior no mundo e se faz necessária a atenção a essa população específica, bem como àquelas egressas desse sistema, tendo em vista os estigmas, segregação e a ruptura da vida cotidiana que atravessam suas vidas. Nesse sentido, o recorte de gênero é fundamental, pois esse contexto não é tido como comum às mulheres, que se deparam com um cenário ainda mais estigmatizante que já vivenciam. Isto posto, Organizações Não Governamentais (ONG) que lidam especificamente com este grupo se mostram como um importante apoiador, visto a potencialidade no cuidado em rede e o suporte no enfrentamento. Em razão disso, o presente projeto tem como objetivo avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional a partir das narrativas de mulheres que acessam a ONG Casa Flores. A pesquisa, de caráter qualitativo foi realizada em três etapas: análise documental, entrevistas semiestruturadas com mulheres egressas do sistema prisional, vinculadas à Casa Flores e a realização de encontro grupal com intuito de aplicação da metodologia visual do mapa corporal. Esta pesquisa pretende contribuir com a discussão de uma perspectiva interseccional sobre a temática e a importância de um programa de cuidados específicos para as mulheres que passam por esta experiência. O vínculo e o cuidado especializado, no sentido de compor diferentes dimensões da vida se mostraram essenciais no processo transformador na vida cotidiana dessas mulheres. Assim, pretendemos contribuir de forma assertiva na consolidação dessas práticas com a população feminina, tendo em vista toda as subjetividades que permeiam o seu cotidiano, principalmente após a experiência da privação da sua liberdade.

Palavras-chave: Mulheres; Organização Não Governamental; Egressas; Sistema Prisional; Cotidiano.

ABSTRACT

Brazil's prison population is the third largest in the world and we need to pay attention to this specific population, as well as to those who have come out of this system, given the stigmas, segregation and disruption of daily life that permeate their lives. In this regard, the gender aspect is fundamental, because this context is not seen as common to women, who are faced with an even more stigmatizing scenario than they already experience. That said, Non-Governmental Organizations (NGOs) that deal specifically with this group have shown themselves to be an important supporter, given the potential for networked care and support in coping. The aim of this project is to assess and identify what types of support have an impact on the process of social reintegration of women who have left the prison system, based on the narratives of women who visit the NGO Casa Flores. The qualitative research was made in three stages: document analysis, semi-structured interviews with women who have left the prison system and are linked to Casa Flores, and a group meeting to apply the visual body map methodology. This research aims to contribute to the discussion from an intersectional perspective on the subject and the importance of a specific care program for women going through this experience. Bonding and specialized care, in the direction of covering different dimensions of life, proved to be essential in the process of transforming the daily lives of these women. We therefore intend to make an assertive contribution to consolidating these practices with the female population, bearing in mind all the subjectivities that permeate their daily lives, especially after the experience of being deprived of their liberty.

Keywords: Women; Non-Governmental Organization; Former Prisoners; Prison System; Daily Life.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das fontes de dados documentais selecionados para a análise da fase documental.

Quadro 2 – Caracterização das participantes.

SIGLAS

ONG – Organização Não Governamental

PV – Projeto de Vida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 Entrar e sair do sistema prisional brasileiro	12
1.2 Ser mulher no sistema prisional	14
1.3 Projetos de apoio	16
OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral	19
2.2 Objetivos específicos	19
PERCURSO METODOLÓGICO	19
3.1 Participantes	20
3.2 Local da pesquisa	20
3.3 Instrumento de coleta de dados	21
4.4 Procedimentos	21
3.4.1 Procedimentos Éticos	21
3.4.2 Identificação e localização das participantes	22
3.4.3 Coleta e tratamento dos dados	22
3.4.4 Análise dos dados	24
RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Análise documental	24
4.1.2 Natureza das ações	24
4.1.3 Por uma abordagem multidisciplinar e consciente	27
4.1.4 Ações que combatem estigmas e preconceitos	28
4.2 Entrevistas e Mapa Corporal	29
4.2.1 Apresentação das protagonistas desta pesquisa.	29
4.2.2 Apresentação das temáticas encontradas nas histórias contadas.	30
Agora eu posso falar: como a Casa Flores me ajudou a me reencontrar.	31
Este é o meu lugar no mundo: como a Casa Flores me apoiou a participar.	40
O início de um sonho: como a Casa Flores me apoiou a conquistar aquilo que eu mais desejava.	46

Os atravessamentos em comum.	54
4.2.2.1 Marcas entroncadas: uma questão interseccional.	54
4.2.2.2 A verdadeira busca: uma questão do estar e fazer junto.	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	
Apêndice A – Instrumento de Coleta de Dados da Entrevista	67
Apêndice B – Roteiro do encontro de aplicação da metodologia visual do Mapa Corporal	69
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	70
ANEXOS	
I – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos	74

INTRODUÇÃO

1.1 *Entrar e sair do sistema prisional no Brasil*

De acordo com o INFOPEN (2022), Sistema de Informações Estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil está entre os países com o maior número de pessoas privadas de liberdade no mundo, ocupando o terceiro lugar com 832.295 pessoas em todos os tipos regimes. Além disso, o nível de ocupação é muito maior (679.687) que a capacidade oficial do sistema prisional (490.024). O que expressa uma realidade de superlotação e total ineficiência desse sistema que vem “inchando” suas celas a cada dia.

Segundo Sousa et al (2020), no Brasil, a teoria adotada no sistema prisional é aquela que possui dois interesses, o de punir o condenado pelo mal causado à sociedade e, simultaneamente, o de prevenir que este volte a cometer delitos no futuro, através da correção e educação. Com isso, começa-se a pensar estes espaços para a ressocialização e reintegração do apenado à sociedade, sendo que o mesmo pudesse cumprir uma sanção prevista em lei de acordo com o crime cometido, e tivesse a oportunidade de rever seus atos.

Entretanto, de acordo com Rossi e Turella (2016), na prática do dia a dia desse contexto, a realidade encontrada é completamente destoante, uma vez que esses objetivos do sistema em conscientizar essas pessoas e ressocializa-las para o convívio em sociedade, se fizeram completamente fracassados, visto que estas passam o tempo de reclusão em situações desumanas, em espaços de superlotação, onde as oportunidades de aprendizados educativos e profissionalizantes são escassos, fatos estes que violam as garantias previstas em lei, como a exemplo da Lei de Execução Penal n. 7.210 e os direitos básicos assegurados na Carta Cidadã (BRASIL, 1984; BRASIL, 1988).

Aqui, pode-se dizer que uma das chaves para explicar o aumento exponencial da população carcerária não é, na verdade, um aumento da criminalidade, mas sim da expansão de atos criminalizáveis, como os pequenos delitos, que antes não incorriam em condenação a reclusão, em razão do interesse de governos e poderes públicos em governar as classes mais pobres, demarcadas majoritariamente pelos corpos negros que são alvo principal da segregação social e consequente vigilância policial (WACQUANT, 2003).

Utiliza-se então o que Feltran (2008) denomina como violência ilegal, violência legitimada pelo senso comum, sob um falso controle da expansão do crime e proteção da

sociedade contra os “bandidos”, que estão contra o bem estar social e, por isso, é passível o uso dessa violência para controlá-los.

Nesta direção, Mbembe (2016) conceitua a violência exercida pela soberania do Estado como necropolítica

Expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Historicamente, as prisões exercem um papel de segregação daqueles que violam as normas e regras estipuladas socialmente através das mais diversas formas desumanas possíveis, com o objetivo de controlar e punir esses corpos desviantes, sempre personificados nos corpos negros; nos que apresentam alguma deficiência; nos loucos; mulheres; homossexuais; ou seja, aqueles que não estão em conformidade ao padrão normativo social, (FOUCAULT, 2005). Nessa senda, não se pode deixar de mencionar a grande obra de Foucault (2005), “Vigiar e Punir”, o qual aborda de forma minuciosa o nascimento das prisões e qual seu verdadeiro papel na sociedade, refinando sobre toda a sua estrutura arquitetônica destinada para o controle e punição dos corpos aprisionados, acentuada para a repressão, às ameaças, a desumanidade e a falta de privacidade.

Ademais,

Foucault destrói as ilusões que depositam no aparato prisional o desejado instrumento de “reinserção social”, de “correção moral”, de “ressocialização” dos indivíduos, mostrando que o seu “fracasso” na realização dessas funções é parte de seu programa e as sempre renovadas propostas de reforma desse aparato não são mais que sua confirmação (SALLA, 2017, p. 31).

Para Goffman (2003), as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração constituem um dos tipos do que ele denomina por instituições totais. Estas são marcadas pela ruptura da barreira que separa as três esferas da vida, o dormir; o brincar e o trabalhar, sendo que os sujeitos nestes espaços não podem mais tomar decisões sobre seu cotidiano, que agora gira em torno de regras punitivas e horários rigorosos para cada atividade, diluindo-se na perspectiva da idealização do ressocializar e prevenir.

Para Davis (2018), esses espaços representam “uma estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, ausência da educação e assim por diante” (DAVIS, 2018, p. 23).

Nesse sentido, a situação fica mais complexa ainda quando se compreende que passar um longo tempo nesta condição, pode levar à perda temporariamente da capacidade de viver no mundo exterior, na oportunidade de tal, ou que as oportunidades de emprego serão quase inexistentes em ocasião que as empresas privadas eliminam condenados pela justiça do seu rol candidatos à vaga de emprego (WACQUANT, 2003).

Entre muitos outros aspectos, a situação de estar de volta ao mundo extra muros é marcada por uma receptividade cheia de estigmas e preconceitos, percebidas nas múltiplas punições que atravessam a figura de criminalidade e delinquência constituídos socialmente para essas pessoas egressas do sistema prisional (GOFFMAN, 2008). Assim, é preciso promover a conscientização social sobre as causas e consequências do encarceramento, como forma de incentivar o acolhimento necessário dessas pessoas, para que estes não voltem a cometer crimes.

1.2 *Ser mulher no sistema prisional*

De acordo com o INFOPEN (2022), no Brasil, a população feminina em privação de liberdade é de 45.259, esse quantitativo é considerado relativamente baixo quando comparado com a população masculina que se encontra na mesma situação. Entende-se que, o recorte de gênero é necessário nesse momento para elucidar pontos importantes que atravessam a vivência das mulheres na sociedade. Historicamente as mulheres não são tidas como sujeitos de direitos, sendo o gênero um fator permissivo de opressão e hierarquização social.

O perfil da mulher presa no Brasil é o da mulher jovem entre 18 a 29 anos (50%), solteira, separadas, divorciadas ou viúvas (66%), com o Ensino Fundamental incompleto (50%), negra (62%), informação decomposta posteriormente entre parda (51%) e preta (16%), e com mais de um filho em média (75%) (INFOPEN, 2018; INFOPEN, 2022). Nesse sentido, Collins e Bilges (2020), pela lente da interseccionalidade, ajudam na compreensão da dinâmica das relações poder sob os corpos marcados pela diversidade, o qual mulheres negras, de baixa classe social e baixa escolaridade, como é o caso de parte significativa das mulheres encarceradas no Brasil, vivenciam experiências que se interseccionam e intensificam as opressões em seu meio social, cooperando no

envolvimento de estratégias de enfrentamento dessas opressões, inclusive através do ato criminal.

O contexto da criminalidade não é tido como comum as mulheres, mesmo que muitos fatores que permeiam suas vivências possam dar sentido com a prática criminosa como, por exemplo, a vulnerabilidade financeira, por muitas vezes serem elas as responsáveis pelo sustento da família; a relação com a figura masculina (parceiros amorosos, os pais, filhos, irmãos); e o próprio status que o mundo do crime proporciona (STOCK; PANICHI; FUZINATTO, 2017).

A partir dos anos 60, o movimento feminista exerceu grande influência no embate ao discurso punitivo e ao campo do Direito, que se coloca como neutro e consensual em relação a estrutura de dominação. A criminologia feminista faz uma importante crítica sobre a criminologia tradicional se opondo as determinações sexistas que se baseiam as teorias tradicionais de controle sobre os corpos femininos (ESPINOZA, 2002).

Entende-se que as prisões são instituições pensadas para a punição dos corpos desviantes, bem como, um espaço que desloca a atenção dos problemas sociais existentes (FOUCAULT, 2005; DAVIS, 2018). Pensando nos corpos femininos, esse sistema apresenta mais um objetivo que é o de reinstalar o sentimento de pudor, submissão e passividade. As necessidades específicas dessa população não são levadas em conta, sendo que elas precisam lidar com um espaço que é tipicamente pensado por homens e para homens, o sentimento de abandono, as restrições de visitas familiares e íntimas e o cuidado em saúde precarizado, fazem parte do cotidiano das mulheres privadas de liberdade (CARVALHO e MAYORGA, 2017).

Silva e Marques (2022, p. 407) afirmam que o corpo feminino apresenta a consigna do poder colonial e patriarcal, afinal “está no corpo biológico as marcas dos processos de dominação, ainda que a questão da raça e do sexo, exaustivamente debatidos, mas imaturamente compreendidos pelas sociedades”.

Segato (2018, p. 63)¹ afirma “el papel y función asignado al cuerpo femenino o feminizado en las guerras de hoy se delata una rotación o viraje del propio modelo bélico”. A agressão, dominação e presa sexual não são danos colaterais das guerras, mas estão na centralidade da estratégia bélica de dominação. As violências contra as mulheres

¹ “el papel y función asignado al cuerpo femenino o feminizado en las guerras de hoy se delata una rotación o viraje del propio modelo bélico”

no mundo são guerras insidiosas, perduram há séculos e sustentam e retroalimentam formas plurais de dominação.

1.3 *Projetos de Apoio*

Como já visto, sujeitos que passam pela experiência do cárcere têm seu cotidiano marcado por grandes rupturas. Galheigo (2003) localiza a dimensão da vida cotidiana como o entroncamento da realidade externa e interna aos sujeitos, na rede das relações sociais, nas atividades diárias e nas manifestações de solidariedade, sendo que os processos de compreensão dessas múltiplas relações consistem em propiciar possibilidades destes de refletirem sobre suas vidas e as determinações que influenciam os acessos e, assim, possibilitando a transformação do Ser em seu meio.

Nesse sentido, como a promessa de ressocialização no contexto prisional se vê falida de fato (ROSSI & TURELLA, 2016), um caminho possível para a efetivação dessa ideia são os apoios extramuros que olham para o cuidado e o suporte dessas pessoas que estão reingressando no meio social, e que podem exercer um papel essencial no processo de transformação de vidas. Esses apoios podem ser expressados por meio de políticas públicas; programas; entidades; coletivos e organizações que fazem um trabalho junto a essas populações. Assim, o fazer diferente se mostra potencial para que vidas sejam de fato transformadas, para que haja possibilidades de atuação na sociedade de forma lícita, honesta e respeitosa, tanto por meio do trabalho, da educação, do acesso à saúde, quanto pela produção de vida e satisfação dos desejos e vontades que permeiam a vida desses sujeitos (PIRES & GATTI, 2006).

Segundo o relatório de pesquisa sobre a reincidência criminal no Brasil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os motivos gerais que levam uma pessoa a cometer um novo delito estão apoiados por uma série de faltas encontradas em seus cotidianos na vida “lá fora”. Falta no entendimento da sociedade em recebe-los novamente, principalmente no mercado de trabalho, falta de estrutura e vínculo familiar para apoio ao egresso, falta de políticas públicas referentes ao apoio a dependência de drogas, entre outras faltas que influenciam na volta ao conflito com a lei (IPEA, 2015). Mesmo o Estado tendo o dever de prestar assistência ao egresso no processo de reinserção social, suas ações acabam sendo insuficientes para a efetivação, tendo a sociedade civil, entidades privadas e públicas, organizações e outros atores políticos o dever de promover ações em prol desse processo.

No Brasil, existem algumas Políticas Públicas voltadas às pessoas egressas do sistema prisional, que regem sobre o dever do Estado em atenção a essa população específico.

Nesse sentido, a Lei De Execução Penal, rege que “a assistência ao preso e ao interno é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”; devendo prestar assistência nos níveis: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa (BRASIL, 1984).

Ademais, o Programa de Atenção ao Egresso e Família é uma Política Pública da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo, e tem por objetivo promover assistência direta às pessoas egressas e seus familiares, visando sua autonomia e postura cidadã para um retorno com dignidade ao convívio social. Viabilizam, junto a parceiros, inclusive organizações não governamentais, projetos e ações que visam a reintegração social dessas pessoas, promovendo ações voltadas a educação, saúde, geração de trabalho e renda, apoio psicossocial e jurídico (SÃO PAULO, 2009). Em 2022 foi inaugurado uma Central de Atenção ao Egresso e Família Mulher e Diversidade, sendo a primeira central voltada a grupos específicos (SÃO PAULO, 2022).

Diante do exposto, as Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel importante no que diz respeito ao suporte em rede. Nesta direção, concentramos a atenção na ONG ‘Casa Flores’² que tem por objetivo principal apoiar vidas de mulheres egressas do sistema penitenciário, através da atenção especializada e comprometida com essas vidas. Suas ações estão voltadas para as diferentes dimensões da vida pessoal, social e cultural, através de projetos que atravessam as esferas social; educacional; do cuidado em saúde; em atendimento jurídico; bem como, pelo trabalho e geração de renda (CASA FLORES, 2020). Além disso, é valorizado a participação ativa das mulheres que acessam a Casa, sendo elas responsáveis pela construção e compartilhamentos de ideias na entidade. Isso diz respeito a um fazer diferente junto a elas, colocando-as como protagonistas de suas próprias vidas, seus desejos, vivências e futuro.

Por sermos o terceiro país com mais pessoas em privação de liberdade no mundo, e pelas singularidades e subjetividade que permeiam a vida de mulheres, a temática que envolvesse a atenção a essas pessoas nas várias dimensões da vida, incluindo os enfrentamentos das marcas deixadas pelo sistema prisional, e a produção e divulgação de

² A ONG foi criada em 28 de abril de 2017 e está localizada na cidade de São Paulo.
<https://www.casaflores.org.br/>

conhecimentos e práticas nesse sentido, se fazem de extrema importância, uma vez que é a partir do compartilhamento de práticas e ideias que se constroem um campo de atuação mais sólido e resistente (VINZÓN, ALLEGRETTE & MAGALHÃES, 2020).

Sob essa perspectiva, a justificativa do presente estudo vai de encontro com a necessidade de contribuir para a compreensão e difusão dos processos transformadores potentes para a vida de mulheres egressas do sistema prisional, assim como limites e desafios, contadas a partir de suas próprias perspectivas.

Para isso, essa pesquisa tem o compromisso de avaliar quais são os possíveis projetos e ações apoiadores que objetivam o suporte a vidas de mulheres que estão reingressando na vida compartilhada socialmente, visto o enfrentamento de estigmas; preconceitos e dificuldades que encontram nesse retorno. O foco dessa avaliação será mapear tais práticas junto a ONG Casa Flores, por meio de documentos preexistentes tais como portfólios; relatórios; relatos de experiências, bem como, pela aproximação íntima, por meio de entrevistas, com as mulheres que acessam a ONG.

A partir desse mapeamento, a pesquisa pretende desenvolver tecnologias sociais através da construção de um quadro de ações possíveis junto a essa população específica, para uma ampliação no compartilhamento dessas práticas que ficará disponível com acesso público. O intuito é possibilitar a outras entidades, organizações, sujeitos e coletivos que se aproximam desse campo do fazer, o acesso a informações que possam ajudar na formulação de ações, políticas públicas, grupos e outras tecnologias em favor de melhorias para vidas de pessoas marcadas pelos efeitos do cárcere.

O trabalho com tecnologias sociais tem a qualidade de promover produtos, técnicas e tecnologias replicáveis, que são desenvolvidos juntamente com os grupos atendidos, como forma de possibilitar uma verdadeira transformação social, assim, desenhando novas práticas e ações possíveis nos âmbitos do meio social (DAGNINO, 2014), sendo este o propósito do presente estudo.

Diante de tais considerações, constatando a relevância e importância da atuação de organizações não governamentais (ONG) na assistência às pessoas egressas do sistema carcerário, junto as especificidades reveladas sobre a vivência de mulheres que experienciam o cárcere, objetivou-se mapear a natureza das ações de uma ONG voltada para mulheres egressas do sistema prisional, durante os últimos quatro anos de prática.

OBJETIVOS

2.1 *Objetivo geral*

Avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional, a partir das narrativas de mulheres que acessam uma Organização Não Governamental.

2.2 *Objetivos específicos*

- I) Compreender a importância de apoios no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional;
- II) Identificar quais são as ações exitosas que vêm sendo realizadas pela Organização Não Governamental Casa Flores com base nas análises documentais;
- III) Compreender quais são as lacunas existentes nas ações exercidas pela ONG Casa Flores para um aprimoramento das mesmas;
- IV) Contribuir com a divulgação de práticas e ações voltadas para a reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional, para que outros serviços possam se beneficiar desses dados.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos na vida cotidiana de mulheres egressas do sistema prisional, a presente pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, a partir de estudo documental, entrevistas e metodologia visual.

De acordo com Godoy (1995), quando o estudo é de caráter exploratório; descritivo; ou ainda busca compreender as relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, a abordagem qualitativa é fortemente indicada, pois esta irá compreender os fenômenos de forma holística, sem reduzi-los a variáveis. Ademais, coloca os participantes como ativos da investigação.

Para Figueiredo (2007), o conceito de documento nas pesquisas documentais ultrapassa a compreensão de textos escritos e/ou impressos, pois pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

As entrevistas na pesquisa qualitativa, através da análise narrativa, produzem contextos mais espontâneos que visam não só a narração de histórias de vida, mas a compreensão de contextos e elementos influenciadores e motivadores das ações dos informantes (MUYLAERT et al, 2014). Através do método narrativo, é possível captar as histórias contadas pelas participantes de forma a dar relevância crucial à voz e a experiência trazidas nos relatos em sua íntegra (FERRUFINO et al, 2019). Nesse sentido, os relatos são analisados em sua íntegra, possibilitando a expressão a partir da própria perspectiva das participantes, interpretadas e construídas pelas mesmas.

O uso da metodologia visual de pesquisa do Mapa Corporal, também usado como instrumento terapêutico criativo em outros casos, promove uma experiência corporal e expressão artística visual. Essa metodologia consiste em reproduzir uma forma do corpo em tamanho real e preenchê-la a partir de pinturas, desenhos, recortes e colagens, entre outras técnicas, para abordagem de um determinado assunto, partindo de uma pergunta inicial (DAVY et al, 2014). Nesse sentido, usa-se cores, imagens, símbolos e palavras para representar experiências vividas através do corpo (ART2BE, 2015). Nas oficinas de mapa corporal, participantes são encorajados a se lembrar e contar a história de suas vidas a partir de seu próprio ponto de vista, sem o julgamento feito por outros, através de materialidades e representações significativas.

3.1 Participantes

Participaram da pesquisa 3 mulheres egressas do sistema prisional, que estavam sendo acompanhadas pelas ações da ONG Casa Flores. Os critérios de inclusão envolviam: (a) se autodeclarar mulher; (b) ser egressa do sistema prisional; (c) ter sido atendida ou estar em acompanhamento pela instituição vinculada a pesquisa; (d) concordar em participar da pesquisa e (e) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.2 Local da pesquisa

O Presente estudo foi realizado no formato remoto e presencial, e foi realizado em parceria com a Organização Não Governamental Instituto Casa Flores. No que tange a segunda etapa, entrevistas semiestruturadas, as mesmas aconteceram no formato remoto através da plataforma Google Meet. Já na terceira etapa, aplicação do mapa corporal, o encontro aconteceu no formato presencial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

em um local privado combinado previamente em dia e horário com as participantes, de acordo com a disponibilidade das mesmas.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para compreender melhor sobre as trajetórias das mulheres participantes e a influência dos apoios ofertados pela ONG, esta pesquisa contou com três etapas, sendo elaborados instrumentos para a coleta dos dados nas etapas 2 e 3.

No que tange as entrevistas, foi produzido um Roteiro de Entrevista, o qual abordou: (a) o perfil dessas mulheres, (b) suas trajetórias, (c) marcas em relação à passagem pelo sistema carcerário, (d) suas demandas de apoio e desafios, (e) vinculação com a ONG Casa Flores, (f) como as ações impactam diretamente na vida cotidiana, (g) qual a importância de projetos com esse cunho junto a esta população específica, bem como, (h) espaço aberto para que possam dizer sobre outras subjetividades e avaliações deste processo (Apendicê A).

Em relação ao mapa corporal, a estrutura do encontro presencial foi pensada a partir de três blocos, denominados: (a) bloco 01: sobre trajetórias e marcas; (b) bloco 02: sobre a Casa Flores; e (c) bloco 03: sobre sonhos e futuro (Apêndice B). Pensando em cada bloco, algumas perguntas disparadoras foram sendo feitas como convites a elas, para que pudessem discorrer de forma livre e aberta sobre as questões que iam sendo levantadas naquele momento.

Algumas das perguntas disparadoras foram: “Onde você localizaria a Casa Flores no seu Mapa Corporal? Como, onde e por quê” e “Desde de que entraram para a Casa Flores, o que mudou? O que você conquistou e o que elas fizeram para te ajudar a conquistar isso?”. Por mais que houvessem perguntas disparadoras, todo e qualquer assunto levantado por elas foram considerados relevantes para o estudo, pois tudo o que era compartilhado tinha um valor intrínseco às suas trajetórias e histórias de vida.

3.4 Procedimentos

3.4.1 Procedimentos Éticos

Por ser tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, esta, portanto, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos e aprovada sob o CAAE: 65409122.2.0000.5504. Foi produzido o Termo de Consentimento Livres e Esclarecidos (TCLE), lidos e assinados pelas participantes da

pesquisa (Apêndice C), de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, e demais informações necessárias para a consecução da pesquisa, respeitando os preceitos éticos de pesquisa com seres humanos, durante todo seu desenvolvimento (BRASIL, 2016).

3.4.2 Identificação e localização das participantes

Após aprovação da pesquisa junto ao comitê de ética da UFSCar, foram feitas diversas reuniões junto a ONG Casa Flores as quais, além de possibilitar uma maior compreensão sobre suas ações e metodologia de trabalho, foi solicitado possíveis contatos de mulheres que já foram atendidas e/ou estão sendo atendidas pela mesma e, assim, convida-las a participarem das entrevistas e, posteriormente, encontro grupal do mapa corporal. Nisso, a princípio, obteve-se o contato de três mulheres para a realização do convite.

Foram elaboradas mensagens virtuais, contendo a explicação de forma geral sobre a pesquisa, os objetivos principais, bem como o convite para a participação das entrevistas semiestruturadas. Tais mensagens foram disparadas para os contatos das três mulheres disponibilizados pela entidade, via rede social do *Whatsapp*, as quais aceitaram participar, a princípio, da segunda etapa.

Após a realização das entrevistas, as mulheres participantes foram convidadas para um encontro grupal, no qual foi utilizado a técnica do mapa corporal, para aprofundar as questões relacionadas as demandas de apoio em suas trajetórias e cotidianos.

Isto posto, duas das participantes demonstraram interesse em participar, sendo que as mesmas aceitaram o convite em momento posterior às entrevistas semiestruturadas.

3.4.3 A coleta e tratamento dos dados

A primeira fase desta pesquisa teve por objetivo conhecer a natureza das ações que a ONG Casa Flores vem ofertando para as mulheres que atende, as sobreviventes do cárcere. Para isso, foram solicitados e selecionados 8 tipos de fontes documentais, a saber: Relatórios de Atividades dos anos 2019, 2020 e 2021; o Plano de trabalho do Projeto Liberdades (vigência 2022-2023); Manual de Projeto de Vida, e, por fim, as mídias sociais oficiais da instituição, como *Facebook*; *Instagram* e *LinkedIn*, tendo em vista a virtualização das ações humanas, principalmente após a pandemia do Covid-19. Alguns

dos documentos foram disponibilizados pela instituição, outros acessados através do *site* e redes sociais oficiais da mesma.

Os dados foram recuperados, organizados e sistematizados. Para isso, foram utilizados o programa Excel e o software *ATLAS.ti*. Em relação aos documentos e fontes, foram organizados e sistematizados os seguintes metadados: nome do documento, tipo de documento, data, descrição das ações encontradas, pessoas envolvidas quantitativamente e qualitativamente (quantas e quem eram essas pessoas); local das ações; tempo e período, possíveis avaliações e qual o tema central das ações.

Quanto as entrevistas, ainda que nos meses de suas realizações houvesse certa flexibilização quanto aos procedimentos de segurança para a pandemia do vírus SARS-CoV-2, foi priorizado o modelo remoto, tendo em vista os cuidados ainda referentes a conjuntura de saúde pública, bem como, a localização de residência das participantes, cidade de São Paulo. Todos os procedimentos foram realizados de acordo com os regimentos relativos ao tema da UFSCar e da ética em pesquisa com seres humanos.

Em relação ao processo, as entrevistas aconteceram entre os dias 06 e 13 de julho de 2023, em horário e plataforma previamente combinados, sendo a plataforma Google Meet® escolhida como preferencial para todas. Ao total, foram realizadas 3 entrevistas com 3 participantes e a duração de cada encontro variou entre 24 e 34 minutos, sendo a mais curta e a mais longa respectivamente.

Foram retomadas as informações sobre a pesquisa e foi lido e comentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também foram reforçados os procedimentos e manutenção do anonimato das mesmas em todas as etapas.

Posto isto, as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas na íntegra, com base na literatura pertinente a este trabalho. Em relação a transcrição, esta, primeiramente, foi transcrita na íntegra, com total fidelidade ao conteúdo original, sem alterar as falas das participantes. Após isso, foi realizado o tratamento dos textos, corrigindo os vícios de linguagem e deixando-os mais fluidos e de fácil compreensão.

Ao final de cada entrevista, as entrevistadas foram convidadas a participarem da terceira fase, no qual haveria a aplicação da metodologia visual do mapa corporal.

Para a realização do encontro do mapa corporal, foi priorizado o formato presencial visto a complexidade e proposta da metodologia. Foi combinado previamente um dia e horário com as participantes, de acordo com a disponibilidade das mesmas. O encontro foi realizado na cidade que residem e o local foi preparado previamente e cuidadosamente, sendo disponibilizados vários tipos de materiais relacionados as artes

visuais; algumas cadeiras para descansarem; luz natural que vinham de janelas presentes no local, bem como, foram tocadas músicas ao longo do encontro indicadas pelas participantes e ofertado um pequeno lanche.

O encontro teve duração de 1 hora e 30 minutos e os dados foram gravados com recurso audiovisual (gravação de áudio e imagens do produto). Foram feitas anotações das observações do momento, que ao final compôs o diário de campo da pesquisadora. Todos os dados produzidos foram sistematizados e analisados, de acordo com a literatura pertinente a este trabalho.

3.4.4 A análise dos dados

Na primeira etapa da pesquisa, apreciação e sistematização das ações, os dados foram analisados em forma de discussão com a literatura pertinente para este trabalho. Estes foram organizados e categorizados, consistindo, não apenas em extrair o conteúdo textual, mas correlacioná-los com os contextos nos quais foram produzidos e com os contextos aos quais a pesquisa se refere (SÁ-SILVA; ALMEIDA & GUINDANI, 2009).

As análises das entrevistas e mapa corporal se deram por meio da análise narrativa temática, a fim de ampliar as possibilidades de compreensão sobre sonhos e perspectivas das participantes, destacando-se aquilo que era significativo e singular de cada história contada.

A análise narrativa tem se tornado comum em pesquisas qualitativas realizadas em contextos mais espontâneos que visam não só a narração de histórias de vida, mas a compreensão de contextos e elementos influenciadores e motivadores das ações dos informantes (MUYLAERT et al, 2014).

Através do método narrativo, foi possível captar as histórias contadas pelas participantes de forma a dar relevância crucial à voz e a experiência trazidas nos relatos em sua íntegra (FERRUFINO et al, 2019). Nesse sentido, os relatos trazidos em suas falas e produções visuais foram analisados em sua íntegra, o que possibilitou a expressão a partir da própria perspectiva das participantes, interpretadas e construídas pelas mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 *Análise documental*

4.1.2 De quem e do que estamos falando: uma breve descrição das ações.

O Instituto Casa Flores é uma Organização Não Governamental dedicada a ressocialização de mulheres que vivenciaram a experiência do cárcere e suas famílias. As ações que vêm sendo realizadas dentro da entidade possuem um caráter multidisciplinar, englobando vários seguimentos da vida, e tem as mulheres participantes como protagonistas de todo o processo, por meio do desenvolvimento de um plano personalizado desenvolvido em conjunto a cada uma delas, sendo este seu Projeto de Vida (PV).

A ONG foi fundada em 2017 pela Flávia Ribeiro de Castro. Nos anos de 2017 e 2018 não houveram atividades práticas junto às mulheres egressas do sistema prisional, foram esses anos que a equipe levou para se aprofundar em pesquisas sobre o trabalho a ser desenvolvido. Em 2019 foi o primeiro ano de atividades da ONG e a partir daí foram realizadas várias ações entre os anos de 2019 e 2021, de acordo com os relatórios de atividades. É relatado que a capacidade de atendimento anual é entre 15 a 20 mulheres e suas famílias. No ano de 2023, a Casa desenvolveu um projeto financiado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, o LIBERTAS, que teve como objetivo analisar, sistematizar e documentar a metodologia de trabalho que vem sendo realizado na ONG, com o objetivo de socializar sua metodologia para outras entidades e atores sociais que se aproximam e interessam pelo tema.

O PV faz parte da metodologia de trabalho da entidade, o que se denomina por “Metodologia Casa Flores” e tem como objetivo apoiar transformações significativas às mulheres que acessam o serviço através da construção de um plano individualizado, contendo seus principais objetivos e expectativas, fundamentado na participação ativa das mesmas para a sua efetivação.

O PV possui oito fases e um tempo de duração de um ano para a conclusão. As fases são: (1) Acolhimento; (2) Integração; (3) Iniciação; (4) Ampliação de rede relacional e convivência; (5) Diagnóstico, formalização e planejamento; (6) Execução; (7) Avaliação Final e Continuada; (8) Fechamento e Celebração; e (9) Gratidão.

De acordo com o Manual do Projeto de Vida e com o Plano de Trabalho do Projeto Liberdades, as ações promovidas pela entidade são de caráter multidisciplinar baseadas em três estratégias principais: (1) Desenvolvimento Pessoal e Profissional; (2) Ativismo Político Apartidário; e (3) Produção de Conteúdo. A estratégia de Desenvolvimento Pessoal e Profissional é dividida em subgrupos de natureza das ações, são eles: (1) Socio-

relacional; (2) Educação e Cultura; (3) Saúde Física e Emocional; (4) Jurídico-cidadã e (5) Trabalho e Renda.

Com base nos relatórios de atividades dos anos de 2019, 2020 e 2021 e nas divulgações nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, no que tange a estratégia ‘Desenvolvimento Pessoal e Profissional’ foram promovidas 1.284 ações que comunicam com a promoção de convivência e de contato com culturas diversas; de orientações e encaminhamentos quanto aos seus direitos adquiridos, bem como, de estreitamento familiar e de rede de apoio. Promoveu-se formações e encaminhamentos para cursos que acontecem de acordo com os interesses e necessidades das mulheres participantes; ações voltadas para a área de saúde das participantes que acontecem de acordo com suas necessidades físicas e emocionais; ações que visam assegurar os direitos das mulheres e suas famílias, por meio de defesa de processos, orientações e encaminhamentos jurídicos; bem como ações que promovem formas alternativas de geração de renda juntamente com a formação de parcerias com outras entidades de natureza correspondente a causa de pessoas egressas do sistema carcerário, geração de renda e empregabilidade.

Nas práticas que envolvem a segunda estratégia, Ativismo Político Apartidário, de acordo com os Relatórios de Atividades 2019, 2020 e 2021 e nas divulgações nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, foram promovidas 42 ações voltadas para esta frente, onde a entidade desenvolveu ações em parcerias com atores políticos de forma a levar a causa e experiências das mulheres atendidas aos mais diversos espaços e instancias da sociedade, colaborando com a construção de políticas públicas e leis e lutando pela efetivação destas. Percebendo-se o interesse em promover ações por meio da formação de uma rede de colaboração capazes de influenciar políticas públicas voltadas para a questão do encarceramento, bem como, influenciar o imaginário social para as causas e consequências do encarceramento.

No que tange a terceira e última estratégia elencada nos Relatórios de Atividades de 2019, 2020, 2021, e nas redes sociais oficiais da entidade, a Produção de Conteúdo são ações voltadas para o incentivo, instrumentalização, coprodução e divulgação de conteúdo das mulheres participantes em diversos formatos, literário, audiovisual e artístico, com objetivos de informar, incentivar e sensibilizar uma mudança no imaginário social, bem como, reduzir preconceitos acerca de diversos aspectos que permeiam o encarceramento feminino e a vida das mulheres apoiadas. Nesse sentido, foram promovidas durante o período de 2019 a 2021, 18 produções de conteúdo individuais e coletivas, como por exemplo o documentário ‘Flores do Cárcere’ e o livro ‘Flores do

Cárcere’, que narram o encarceramento feminino através das experiências das próprias mulheres participantes, bem como encontros virtuais nas redes sociais da entidade e palestras promovidas à outras entidades que se interessam pelas discussões que atravessam o tema do encarceramento, as quais também as mulheres participantes foram as protagonistas. O objetivo dessas ações foi promover e ampliar o conhecimento e reconhecimento da realidade da experiência do cárcere através das experiências e das próprias vozes das mulheres que o vivenciou.

Com isso, foi apontado uma metodologia própria de trabalho, onde se prioriza a participação ativa da mulher participante nas decisões no que tange a construção de seu Plano de Vida (PV). Uma abordagem multidisciplinar proposta nessa metodologia também é apontada nas fontes selecionadas, onde os fatores social, educacional, saúde, cidadania e trabalho e renda são adotados no atendimento (CASA FLORES, 2020).

4.1.3 Por uma abordagem multidisciplinar e consciente.

Um trabalho multidisciplinar com mulheres egressas do sistema prisional envolve a colaboração e integração de diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento para apoiar e auxiliar as mulheres que estão saindo do sistema prisional. Esse tipo de abordagem reconhece a complexidade das necessidades e desafios que essas mulheres enfrentam ao estarem de volta na vida compartilhada socialmente (OLIVEIRA, 2022; PIRES & GATTI, 2006; SAMHSA, 2020).

Além disso, estudos sugerem como fatores contribuintes para a reinserção efetiva e consequente proteção a reincidência criminal, o trabalho que compreende uma abordagem holística para lidar com os desafios presentes na vida cotidiana após o cárcere, onde a oferta de um apoio integrado e adaptado às necessidades específicas de cada participante poderá ser oportunizada de maneira a olhar para o trabalho, a saúde, a educação, a vida social e a rede de apoio desses sujeitos (IPEA, 2015; HADER, VAZ & SILVA, 2020; BRITO et al., 2013; OLIVEIRA, 2022; MIRANDA, GOLDBERG & BERMUDEZ, 2022, PIRES & GATTI, 2006).

Para tentar compreender a complexidade que atravessa a vida dessas mulheres e como um trabalho voltado aos seus apoios no processo de reinserção social e combate aos estigmas presentes na sociedade, Collins & Bilge (2020) apresentam em seu estudo sobre a interseccionalidade a seguinte definição:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS & BILGE, 2020, p. 16)

De acordo com os resultados obtidos, o trabalho realizado pela instituição com essa população visa interseccionar vários campos de atendimento, visto a complexidade que atravessa a vida da mulher que passa pela experiência do cárcere. Assim, as questões de opressão, ou o que a autora denomina por relações interseccionais de poder, que influencia no não acesso a uma série de âmbitos da vida (saúde; educação; lazer; cultura, entre outros) é identificado e há o esforço de ser trabalhado por meio dos atendimentos.

Nesse sentido, elas trazem que um dos quatro domínios que fazem parte dessas relações de poder é o estrutural, que “refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde” (COLLINS & BILGE, 2020, P. 22). Nisso, é possível compreender que a estrutura das instituições sociais permite os processos de poder e opressão que sustentam as desigualdades sociais e que pode ser aplicado a vida das mulheres que participam desta ONG.

O recorte de gênero presente na atuação da Casa Flores é considerado um fator reflexo à urgência de ações voltadas a população feminina sobrevivente do cárcere, bem como, as questões de raça e cor, que estão presentes em ações de produção de conteúdo e ativismo político, visto as implicações que permeiam a vida de uma mulher e também a complexidade da repercussão que a experiência do cárcere tem em suas vidas (OLIVEIRA, 2022; MIRANDA et al., 2022).

Nesse sentido, Oliveira (2022) aponta em seu estudo que, entre os principais respaldos que a mulher sobrevivente do cárcere tem após a saída do mesmo está a Organização Não Governamental, junto ao trabalho e a rede de apoio. Esse tipo de entidade se mostrou um importante apoiador no que tange a regularização de documentos e o preparo e ingresso no mercado de trabalho, passos tão importantes para a reinserção social e que a Casa Flores tem demonstrado promover junto a suas participantes.

4.1.4 Ações que combatem estigmas e preconceitos.

No que tange as duas outras estratégias, Ativismo Político Apartidário e Produção de Conteúdo, a importância que se dá em influenciar o imaginário social para as causas e consequências do encarceramento, como uma forma de sensibilização da sociedade no que diz respeito a reduzir os preconceitos e os estigmas acerca de diversos aspectos que permeiam o encarceramento feminino e a vida das mulheres que são sobreviventes a esse sistema, é um dos pontos-chaves em suas ações.

Referente ao imaginário social, tem-se que a sociedade acaba estigmatizando pessoas de forma de categorizá-las e estereotipá-las por um ato que cometeu de forma a submetê-las em processos de exclusão, devido aos atributos apresentados nas relações sociais (GOFFMAN, 2008). Aqui, o autor relaciona esses atributos ao que denomina por “identidade social” ou “status social”, sendo estes possíveis de serem compreendidos por meio dos comportamentos e, também, por ocupação estrutural, como classe.

Praticamente todos os estudos apontados até o momento abordam a questão do estigma como um fator determinante na dificuldade do processo de reinserção social de pessoas egressas (OLIVEIRA, 2022; PEREIRA, 2013; PIRES & GATTI, 2006; ROSSI & TURELLA, 2016; SILVA et al., 2021). Com isso, é de extrema urgência que ações sejam promovidas em prol a mudança do imaginário social e sua sensibilização para pensar, propor e sustentar formas de contratos sociais entre estes sujeitos, para que estes de fato sejam inseridos em seu meio social.

4.2 *Entrevistas e Mapa Corporal*

4.2.1 Apresentação das protagonistas desta pesquisa

Após a caracterização das ações que a entidade vem promovendo junto a mulheres egressas do sistema prisional, fez-se importante abordar juntamente com as próprias participantes sobre o impacto que tais ações exercem em seus cotidianos, em busca de compreender quais foram as marcas deixadas em suas trajetórias e que possibilitaram uma real transformação em suas vidas.

Para isso, foram realizadas entrevistas e um encontro grupal, onde participaram 3 participantes que se auto identificaram como mulheres e egressas do sistema prisional. Seus nomes foram mantidos em anonimato, conforme as boas práticas de pesquisa e, no momento da entrevista, cada uma das participantes escolheram para si nomes de flores que as representassem. O quadro 2 a seguir destaca informações relevantes quanto a caracterização das participantes.

Quadro 2 – caracterização das participantes.

Nome	Idade	Gênero	Raça/ etnia/ cor	Escolaridade	Ofício	Situação com o sistema prisional
Jasmim	33	Mulher transgênero	Preta	Ensino médio completo	Autônoma	Egressa
Lótus	26	Mulher cis	Parda	Ensino médio incompleto	Autônoma	Egressa
Margarida	48	Mulher cis	Parda	Ensino fundamental incompleto	Autônoma	Egressa

Fonte: elaborado pela autora.

Como descrito no quadro 2, as participantes são mulheres, sendo que duas se autodeclararam mulheres cis e uma mulher transgênero. Sobre a idade, elas têm entre 26 e 48 anos. Duas se autodeclararam pardas e uma preta.

Além disso, uma completou o Ensino Médio (EM), uma tem EM incompleto e a terceira possui Ensino Fundamental incompleto. Cabe destacar que, todas se autodeclararam autônomas quanto a ocupação referente ao trabalho e todas são egressas do sistema prisional brasileiro.

Após a leitura e aprofundamento das narrativas coletadas nas entrevistas e mapa corporal a autora levantou características – as temáticas – que mostraram dar ligamento àquilo que foi sendo contado por suas falas e representações.

4.2.2 Apresentação das temáticas encontradas nas histórias contadas.

Após a leitura e aprofundamento nas narrativas das entrevistas semiestruturadas e das histórias contadas no mapa corporal, foram identificadas quatro temáticas que se mostraram marcantes para esta pesquisa. Para isso, fui a todo momento me questionando sobre quais foram as marcas deixadas pela Casa Flores que ficaram como apoiadoras para essas mulheres. E são elas:

1. Agora eu posso falar: como a Casa Flores me apoiou a me reencontrar.
2. Este é o meu lugar no mundo: como a Casa Flores me apoiou a participar.
3. O início de um sonho: como a Casa Flores me apoiou a conquistar aquilo que eu mais desejava.

4. Os atravessamentos em comum.

A primeira temática aborda a quebra de tabu que a entidade propõe em relação à experiência do cárcere vivenciadas por essas mulheres, trazendo um deslocamento de perspectiva dos aprisionamentos estigmatizantes vivenciados por esses corpos. A segunda traz como centro da discussão a questão do pertencimento que essas mulheres passam a sentir quando estão no lugar de participantes da entidade. Já a terceira aborda a importância de se ter um Projeto de Vida e uma rede para apoiar a conquista daquilo que se deseja. Por fim, a quarta traz alguns pontos relevantes que foram trazidos nas três histórias e que juntas reforçam a importância de cada uma delas, contando um pouco de vidas que são atravessadas pelas intersecções de gênero, raça e classe social; bem como, a relevância de se estar junto e do fazer junto/com.

Tais temáticas estarão apoiadas por trechos das narrativas contadas nas entrevistas e imagens do mapa corporal e serão discutidas com base na literatura pertinente a esta pesquisa.

Agora eu posso falar: como a Casa Flores me ajudou a me reencontrar.

Lótus se autodeclara como uma mulher, cisgênero, de 26 anos e parda. Ela trabalha de forma autônoma e demonstra ter orgulho de como consegue se sustentar através de uma função em que não depende de outras pessoas para empregá-la, visto os preconceitos que já vivenciou na tentativa de trabalhos formais. Além disso, a maternidade tem sido um dos marcos mais importantes para a sua vida até o presente momento, sendo este o acontecimento que relata com mais ternura.

Nos dois momentos de encontros, entrevistas e mapa corporal, Lótus conta que sua vida sempre foi atravessada por vulnerabilidades e apresenta grande arrependimento quando relata sobre a experiência do cárcere, contando que foi a grande prejudicada na situação.

O que mais me marcou foi ter estado junto numa situação onde eu me prejudiquei ao ponto de me ver dentro de uma cela. Assim como os mesmos passos como aconteceu com a minha mãe. Então, acho que foi muito forte para eu ter vivido isso [...] ter visto que aquele caminho podia realmente me levar aos mesmos passos da minha mãe foi bem

difícil, porque eu vivi o cárcere sem estar dentro da cela também
(Relato de Lótus durante a entrevista)

O começo da história de Lótus pode servir como reflexo para dizer sobre muitas outras histórias de mulheres que vivenciam a privação da liberdade, que, por vezes, é um ciclo que se repete. Lótus é atravessada pela interseccionalidade de gênero, raça e classe social, que é visto nos corpos da grande maioria das mulheres que vivenciam a experiência do cárcere, marcadores estes que se interrelacionam e intensificam nos processos de opressão e violências antes, durante e após o cárcere (COLLINS & BILGE, 2020; OLIVEIRA, 2022; INFOPEN Mulheres, 2018).

Alguns estudos feministas se debruçaram mais profundamente na questão do encarceramento feminino, analisando como homens e mulheres neste contexto são atravessados por dinâmicas diferentes. Mulheres, socialmente e pela influência do patriarcado, não são tidas como capazes de cometerem atos criminosos, sendo seus atos, desde sempre, localizados na insanidade mental, enquanto a criminalidade masculina sim é a considerada normal (DAVIS, 2018; ESPINOZA, 2002). Mas, este é o contexto de controle dos corpos de mulheres brancas, claro, enquanto as mulheres negras vivenciaram e vivenciam a equiparação do domínio sob a criminalidade masculina, sendo as prisões o destino de seus corpos.

Enquanto o discurso sobre a criminalidade e as instituições correspondentes destinadas a controlá-la distinguia o “criminoso” do “insano”, a distinção de gênero se estabeleceu e continuou a estruturar as políticas penais. Classificada como feminina, essa categoria de insanidade era altamente sexualizada. Quando consideramos o impacto da classe e da raça, podemos dizer que, para mulheres brancas e ricas, essa equalização tende a servir como evidência de transtornos emocionais e mentais, mas para as mulheres negras e pobres, indica criminalidade (DAVIS, 2018, p. 56).

Quando questionada em relação a como foi estar de volta em sociedade, relata um cenário comum a maioria das pessoas egressas do sistema prisional, o da segregação, estigmatização e abandono. Em sua fala a família, os amigos e a sociedade como um todo se ausentam nos apoios e enfrentamento dessa fase da vida e, com isso, reconhece a importância de ter encontrado pessoas interessadas em escutar sua história para além da marca de uma sentença em seu nome, caso que aconteceu ao estar junto à Casa Flores.

A sociedade não ajuda de forma alguma. Pode ter passado 20 anos que você cumpriu a sua passagem, você ainda vai ser julgada por isso. E seus filhos vão ser julgados e são marcas que ficam pra sempre [...] então, é muito importante você ter apoio de pessoas que sabem várias histórias, que olham pra você e sabem as suas dificuldades, ou pelo menos tentam querer saber o que vem acontecendo, pra ajudar mais pessoas também (Relato de Lótus durante a entrevista)

Além disso, Lótus conta com muito pesar sobre sua luta em ter que passar por diversas tentativas de conseguir um emprego formal, onde encontrou em todas elas situações estigmatizantes e humilhantes, onde pessoas nesses espaços julgaram seu caráter sem ao menos dar uma chance para escutarem sua versão da história. A opressão e a insegurança se fizeram sempre presentes, pois a certeza de que se alguma situação saísse do controle ou algo de errado acontecesse, ela seria a primeira a ser “julgada e apontada”, tal como afirma em suas palavras.

Já foi abordado o quanto o estigma é uma barreira determinante no processo de reinserção social de pessoas egressas, principalmente das mulheres, que são atravessadas pela marca do abandono dos amigos, de familiares e dos companheiros amorosos (OLIVEIRA, 2022; PEREIRA, 2013; PIRES & GATTI, 2006; ROSSI & TURELLA, 2016; SILVA et al., 2021). Nesse sentido, a reinserção social também é um papel de toda sociedade, principalmente quando se trata de mulheres, que são duplamente culpadas. “Culpada por serem criminosas e culpada por terem falhado no seu papel feminino de boa esposa, boa mãe, boa filha, quem cuida dos demais membros da família” (HELPE, 2019, p. 208).

A Política Nacional de Atenção a Pessoas Egressas (BRASIL, 2020) tem como um dos seus princípios a “Sociedade Civil como Partícipe”, o qual dispõe que o coletivo social tem a responsabilidade compartilhada no controle e participação social por meio da fiscalização da gestão, de denúncias de violações de direitos ou proposição de políticas públicas e estatais. Visto sua importante contribuição para o desvelamento das contradições, das relações de poder, das injustiças e desigualdades, bem como para a construção de uma esfera pública mais justa e democrática (BRASIL, 2020, p. 66).

Com isso, ressaltamos a denúncia de Lótus em relação à toda falta que a sociedade apresenta, sobretudo, nos âmbitos do apoio ao trabalho, à saúde, ao convívio, à moradia,

enfim, os direitos sociais são mais negligenciados, quando são eles os mais necessários para a superação da experiência vivida, os quais mulheres sobreviventes do cárcere são tão detentoras quanto qualquer outro cidadão.

Lótus conta também que as ONGs têm exercido um papel fundamental no apoio às mulheres egressas, e que, por ser atravessada por diversas camadas que envolve essa temática (ser familiar de egressa, egressa e mãe nessa posição), ela tem recebido apoio também nesse sentido.

Eu sou parte de um montante de pessoas que ninguém enxerga, né, além de ser mãe, eu sou familiar de egressa, também sou egressa, então eu sou parte desse montante [...] então a gente precisa mesmo expor que tem pessoas, expor dados, expor que as mulheres precisam de absorvente na prisão, que elas precisam de ajuda quando elas saem, que elas sofrem abuso também quando elas saem da prisão, muitas vezes arrumam qualquer homem aí que faz e acontece com elas, engravida de novo, e tudo isso pela falta de apoio mesmo, a mulher se sente sozinha, e as ONGs têm ajudado muito nisso, mas a gente precisa ter mais e mais e mais pessoas ainda, a gente precisa realmente dar um tapa na cara da sociedade e falar, ó, tá todo mundo aqui precisando de ajuda, não dorme e acorda todo dia de novo sem pensar na outra pessoa (Relato de Lótus durante a entrevista)

Sobre essas questões, na atividade do mapa corporal, ela conta através da representação de seu corpo as marcas que ficaram desses apoios que recebeu da Casa Flores no transcorrer de todo o seu processo, onde encontrou pessoas que demonstraram afeto e interesse em estar e fazer junto a ela, aquilo que o restante das pessoas se recusou a fazer. Assim, ressaltamos as marcas da união, da oferta de apoio psicológico, da oportunidade de reconstruir sua história, bem como, ter a possibilidade de encontrar pessoas que, para além de apoiar instrumentalizando-a nos âmbitos de sua vida cotidiana, se tornaram pessoas com quem podem confiar, se sentem seguras e compartilham afetos.

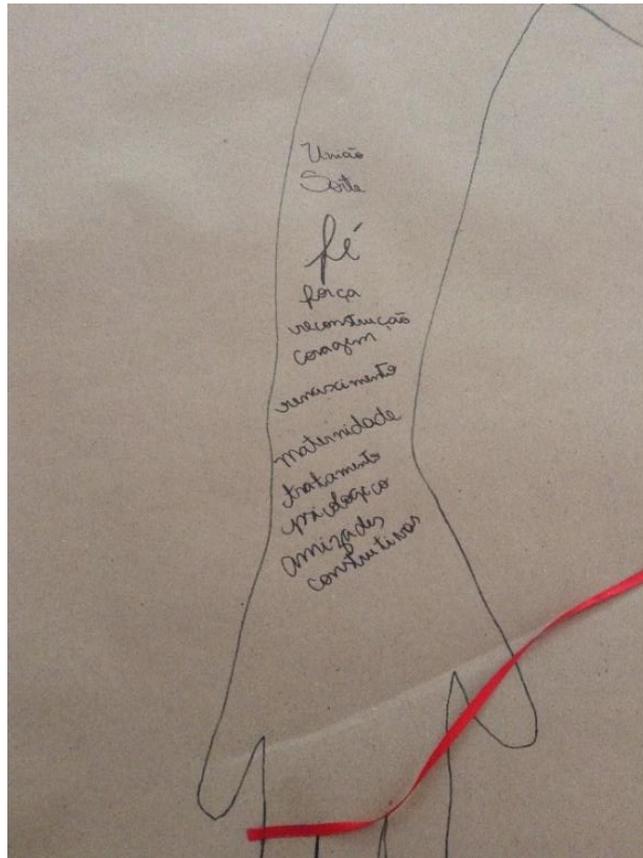


Figura 1 - Recorte do mapa corporal de Lótus. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Na imagem, as palavras que aparecem são: união; sorte; fé; força; reconstrução; coragem; renascimento; maternidade; tratamento psicológico e amizades construtivas.

A solidão muitas vezes pode estar associada com a falta, inexistência e/ou desconfiguração dos relacionamentos afetivos amorosos de mulheres marcadas pela racialização, como o caso das mulheres negras (pretas e pardas) (PACHECO, 2008). Muito embora, pode também se deslocar para outros lugares, como o abandono familiar, das relações de amizades, da comunidade a qual se está inserida, da falta de acesso aos espaços de lazer e trocas afetivas.

A solidão experimentada por mulheres egressas do sistema prisional é percebida, e com o tempo intensificada, desde o momento em que se está privada de liberdade. Estudos como o de Lima (2015) e Varella (2017) denunciam a solidão e abandono da mulher encarcerada quando, comparando-se com o público masculino em privação de liberdade, presencia-se filas curtíssimas de visitação, sendo o público visitante no caso delas, em sua maioria, compostos pelas mães, tias, avós, vizinhas, filhas e/ou amigas, raramente verifica-se a presença de homens, sejam eles os parceiros amorosos ou os próprios pais. Na pesquisa de Helpes (2019), quando pergunta para mulheres sobre o que

mais marcou suas vidas quando estavam na prisão, uma das respostas que mais apareceu foi “a saudade dos filhos, a sensação de deixá-los desamparados e de estarem, elas próprias, desamparadas” (HELPEPES, 2019, p. 227)

Quando tal fator é analisado sob o prisma das categorias interseccionais de gênero, raça e classe, revela uma rede complexa de desvantagens que dificultam significativamente a reintegração dessas mulheres.

A dinâmica de gênero as submete a estereótipos e expectativas sociais que as colocam em uma posição ainda mais marginalizada após o cárcere, enfrentando estigma adicional pela transgressão de papéis sociais considerados apropriados para mulheres (HELPEPES, 2019; DAVIS, 2018; ESPINOSA, 2002). A dimensão racial compõe uma realidade na qual essas mulheres enfrentam não apenas preconceitos pós-cárcere, mas também o racismo estrutural que limita suas oportunidades, reforçando a exclusão social (DAVIS, 2018; WACQUANT, 2003). A classe social, por sua vez, perpetua essa exclusão, com a falta de recursos e oportunidades acessíveis dificultando a reintegração e contribuindo para um sentimento persistente de solidão.

Com isso, dentre as coisas destacadas por Lótus na entrevista e mapa corporal, a questão do convívio foi algo que marcou sua trajetória, que pôde ressignificar a solidão através de novas redes afetivas de amigadas e convívio que encontrou junto a entidade, com pessoas que demonstraram se importar e estar interessadas em saber da sua história

Você entender que você faz parte de uma causa. Então, eu acho que também, se não tivesse a Casa Flores, eu talvez não ia sentir que eu sou também sobrevivente do cárcere. Porque eu sou filha de uma mulher egressa. Então, eu acho que eu sou sobrevivente do cárcere por ter vivido tudo assim enquanto criança. Eu acho que... Talvez minha mãe também não iria pensar dessa forma, se nasceu uma sobrevivente do cárcere. Simplesmente, você ia viver com isso, iria carregar paradigmas sobre isso, nunca iria conseguir se libertar (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Por conseguinte, tanto no mapa corporal quanto na entrevista foi possível descrever o que significava para ela não ter a Casa Flores nesse meio tempo de recomeço. Aqui, é possível destacar um importante trabalho envolvendo a percepção de si enquanto sobrevivente do cárcere e os desbloqueios necessários para conviver com isso e maneira

mais consciente e até empoderada, como forma de levar essa conscientização e possibilidade de enfrentamento para outras mulheres que também passam por essa experiência.

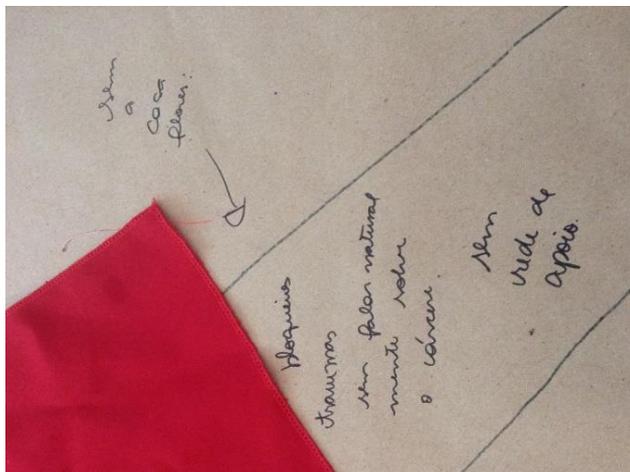


Figura 2 - Recorte II do Mapa corporal de Lótus. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Na imagem, as palavras que aparecem são: sem a Casa Flores; bloqueios; traumas; sem falar naturalmente sobre o cárcere e sem rede de apoio.

Então eu acho que é uma coisa que as pessoas fazem para a gente se calar. Como o cárcere é vergonhoso. Só que hoje, com a Casa Flores, a gente tem a liberdade de falar mesmo. Acabou, minha mãe tá lá no cinema. E é isso mesmo, sabe? Falar mesmo, sou sobrevivente do cárcere, sim. E as pessoas poderem conhecer e tentar julgar menos, porque é difícil (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Aqui é possível verificar um importante papel que a entidade exerce para a **mudança de perspectiva** quanto ao entendimento do encarceramento feminino e da própria vivência do cárcere, visto que esse tema é censurado entre quem vivencia a experiência, entre os familiares, os amigos e na sociedade como um todo. Nisso, há um trabalho que incentiva a liberdade de expressão quanto aquilo que faz parte da sua história sem se autojulgar por isso e, em direção oposta, dialogar sobre essa temática de forma empoderada denunciando o encarceramento em massa, as violações de direitos e as violências vivenciadas dentro e fora das grades, entre outros abusos que atravessam a vida e mulheres que vivenciam o cárcere. Nessa senda, a entidade se preocupa em oportunizar que essas mulheres tenham suas vozes ampliadas, para que mais pessoas saibam das histórias por trás de uma sentença que só traz estigmas e preconceitos.

Avançando na discussão, um dos principais intuitos nessas buscas junto a essas mulheres era entender o quanto e como a ONG Casa Flores tem influenciado a vida delas e, com isso, Lótus deixa muito claro o quanto o **suporte emocional** esteve entre um dos principais aspectos nessa caminhada que fizeram juntas.

E isso passa porque às vezes você tá frustrado com uma coisa e você frustra o seu filho, você frustra alguém na sua empresa e essa empresa, essa pessoa da sua empresa, ela vai pra casa e frustra alguém, tipo, é um ciclo. E as pessoas precisam se cuidar, então acho que o tratamento psicológico é essencial pra você mudar isso (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Aí eu consegui me olhar mais e ter um autocuidado e tentar ter mais empatia comigo. Mas é isso, você vai tentando se deixar pra lá e se deixar só. “Não, deixa pra lá que vai ficar tudo bem”. Mas não fica, porque vai passando... Vai passando e passando pra frente. Então, acho que se não tivesse a Casa Flores, talvez a gente não ia estar tão... desenvolvida psicologicamente” (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Para representar o cuidado em saúde mental que lhe foi ofertado durante o processo junto a ONG, Lótus dispõe de algumas flores na região da cabeça, umas mais bem conservadas e outras mais secas, para representar o quanto a mente pode apresentar pensamentos ruins e bons e, com isso, foi dizendo o quanto foi necessário cuidar da mente para se libertar de paradigmas estigmatizantes no que diz respeito a acreditar em si e no que era capaz de enfrentar, após a saída do cárcere e também nos diversos enfrentamentos que a vida trouxe e que não necessariamente tiveram envolvimento direto com tal experiência.



Figura 3 - Recorte III do Mapa corporal de Lótus. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Assim, a participação no crime pode ter impactos profundos na autopercepção das mulheres, especialmente após o período de encarceramento. Como já visto, a experiência do cárcere muitas vezes transforma suas vidas em um labirinto de estigmas, preconceitos e abandono social. A reinserção na sociedade após cumprir a pena torna-se uma tarefa árdua, que pode ser marcada pela baixa autoestima e problemas de saúde mental.

Estudo como o de Alves et al. (2023) destaca a necessidade de abordagens mais compreensivas e centradas no processo de resiliência das mulheres que enfrentam as consequências psicossociais após a experiência do cárcere, buscando alternativas para melhor compreender esse processo e promover uma reinserção mais digna e inclusiva, que aborde também o cuidado em saúde mental.

Ademais, a trajetória dessas mulheres perpassa importantes pontos de intensificação da sensação de desamparo, vazio e medo, os quais se traduziram em manifestações somáticas como dor, tremor e fraqueza. Mesmo compartilhando traços de resiliência e uma percepção positiva de possíveis apoiadores do seu entorno social, enquanto egressas, essas mulheres vivenciaram a realidade crua do desemprego, do estigma e do preconceito. No caso deste subgrupo, esses pontos são intensificados pela questão do gênero e pela condição de desigualdade social do país (ALVES et al., 2023, p. 11).

A história de Lótus junto a Casa Flores é um exemplo da importância que se tem em promover ações que prezam por criar espaços de convivência entre essas mulheres, que muitas vezes experimentam a solidão em muitos sentidos em suas vidas. Empoderar a pauta anti-cárcere, encarceramento em massa e o encarceramento feminino como forma de desmistificar as temáticas e revestir essas mulheres de força e protagonismo em suas próprias histórias. Por fim, investir nas questões de saúde mental e bem-estar emocional dessas mulheres, para que elas possam ter a oportunidade de revisitar a si mesma, aquilo que viveu e refletir sobre aquilo que ainda se quer viver, em uma perspectiva de criar projetos de vida para si e, com isso, apoiá-las efetivamente em seu processo de reinserção social.

Este é o meu lugar no mundo: como a Casa Flores me apoiou a participar.

Jasmim é uma mulher transgênero, travesti, com 33 anos e que se autodeclara preta. Sua história é marcada por muitas violências e violações, ela conta que com 13 anos teve que ser sua “própria professora”, usando suas próprias palavras. Hoje ela se declara uma mulher autônoma, proprietária de um micro empreendimento, e que está à frente de vários coletivos ativistas de causas as quais acredita. Em todos os momentos Jasmim se coloca com muita assertividade através de suas falas, que contam um pouco sobre a complexidade de ser uma mulher transgênero preta dentro de uma sociedade racista, machista, patriarcal e heterocisnormativa. Quando perguntada sobre a sua história, os marcos mais importantes estão relacionados a vivência do corpo e as violações que atravessam esse corpo.

Eu sou uma mulher transexual, porém travesti. Uma mulher transexual porque a minha identidade é travesti por toda simbologia que carrega dentro de uma desumanização, dentro de uma sociedade. Então muitas travestis foram perseguidas, desumanizadas [...] foram mortas e não foram... não puderam ser enterradas e nem foram respeitadas sua mulheridade e a sua feminilidade. Então é uma resistência. Então eu sou uma mulher trans, porém travesti (Relato de Jasmim durante a entrevista)

A sociedade não está pronta, a sociedade cria um personagem para viver em sociedade. Ou você é muito bonitinha, ou você é muito fofinha, ou você é uma mulher cis e assim sucessivamente. Então, automaticamente os nossos corpos são vistos como uma anomalia, como várias situações, então é muito raro a gente estar dentro do seio familiar... nós somos expulsas compulsoriamente da família. Nós enquanto travestis, mulheres, nós temos que ser a nossa própria professora, lutarmos pela nossa existência e a sociedade como um todo
(Relato de Jasmim durante a entrevista)

Jasmim, ao contar um pouco de sua história, nos convida à importância da compreensão sobre como as matrizes de opressão operam de forma interseccional e marcam cotidiano, trajetória e modo de vida.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS & BILGE, 2020, p. 15).

Utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica significa compreender não apenas os efeitos das opressões sofridas por Jasmim, mas também como elas se estruturam como um todo na sociedade brasileira. Jasmim relata dos processos de violências vividos já dentro da família e em sequência em diferentes dimensões da vida e setores da sociedade. Sua narrativa deixa claro como os padrões normativos hegemônicos determinam as formas relacionais, sociais e afetivas com suas experiências de vida.

Corroboramos com Ambrosio & Silva (2022, p. 9) quando afirmam que “a análise interseccional contribui para a compreensão e atuação junto aos eixos de opressão e às matrizes de dominação (...), desencadeados pelos elementos identitários como raça, gênero, sexualidade que marcam e integram a expressividade e a corporeidade das pessoas e coletivos”.

Então, a minha trajetória é de muita luta, de muita conquista, eu tive que ser a minha própria professora com 5 anos de idade, tive que

negociar com o meu próprio pai o direito à vida com 13 anos, fui marginalizada dentro de um presídio masculino, sendo uma mulher, tendo que estar num barraco com mais de 40 ladrão, e assim sucessivamente, mas eu não me vitimizo pelas circunstâncias e pelo que aconteceu. Então eu sou uma mulher que empodera mulheres, e que tento trazer das minhas dificuldades e das minhas histórias um empoderamento para outras mulheres (Relato de Jasmim durante a entrevista)

Melo e Lopes (2023), em seu estudo, abordam como as pessoas trans lidam com aquilo que se passa em seus cotidianos, determinando para si suas estratégias de enfrentamento frente àquilo que vai se apresentando na vida, perante a marginalização, a invisibilidade, a negação de direitos e exercício de sua cidadania, imposta pelos modelos hegemônicos de poder. Em busca de construção de redes sociais mais sólidas, aportes e apoios, proteção, pertencimento e reconhecimento, as pessoas trans vão construindo modos de vida, ou seja, *caminhos possíveis* ou *estratégias de enfrentamento* que possibilitam sua participação social frente aos processos de rupturas presentes em seus cotidianos (GUERRA, 1993; LOBO, 1992; MELO & LOPES 2023).

As invisibilidades, negações e marginalizações resultantes dos discursos hegemônicos, no interior dos sistemas normativos, produzem sujeitos cujas experiências de resistência passam não somente pela construção de seus corpos e identidades, mas também pelas lutas permanentes em decorrência do lugar de anormais que ocupam. Essas histórias fora da norma produzem resistências e enfrentamentos nos cotidianos e nos percursos, que são individuais embora repercutam coletivamente (MELO & LOPES, 2023, p. 2)

Dentre todo ódio, discriminação, negação aos direitos básicos entre outras situações vivenciadas apenas por Jasmim ser quem é, é muito significativo o relato sobre resistência que Jasmim nos apresenta, já que somos o país que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo (Benevides 2022).

Eu, hoje, represento nove coletivos e instituições. Fico muito feliz. Cada uma dessas instituições, eu desenvolvo um trabalho, uma

metodologia que me empodera e que eu consiga ser este veículo de empoderar outras pessoas com a minha força, com a minha garra e pelo meu proceder de com quem eu sou. Porque viver o que eu vivi não foi fácil, mas não é porque para mim não foi fácil que eu não posso tornar a vida de outras pessoas fácil (Relato de Jasmim durante a entrevista)

Com isso, a partir de sua história, é possível visualizar a importância dos apoios, coletivos e como sua participação ativista é essencial em sua vida, uma vez que se coloca a todo momento na posição ativa na busca por meios e soluções possíveis para as problemáticas que envolvem mulheres em situação de extremas vulnerabilidades, diante das violências e violações que atravessam seus cotidianos. Pode-se compreender que esta foi uma das estratégias que Jasmim construiu para si, como forma de enfrentar as barreiras sociais e ter um lugar onde se sente pertencente socialmente.

Mas fico feliz que eu vejo mulheres potentes que estão tentando modificar as estruturas, porque é isso, a pauta anti-cárcere ainda é um grande tabu. Ela não tem ajuda, ela não... É muito difícil ver vereadores e deputados querendo falar e, de fato, publicizando que são pela pauta anti-cárcere. Eles podem apoiar nas entrelinhas, mas, de fato, uma efetividade é difícil (Relato de Jasmim durante a entrevista)

É muito bonito escutar Jasmim, quando relata que conseguiu superar diversas barreiras e situações que a desumanizaram e que agora, que possui ferramentas e conhecimento necessários, seu maior desejo é poder trazer essa autonomia para outras mulheres que passam por situações análogas. Jasmim busca sempre colocar as mulheres em uma posição de protagonistas também, sem se valer do assistencialismo que é predominante na sociedade quando se trata de apoiar pessoas marginalizadas.

Segato (2022) em sua análise sobre os dribles da responsabilidade criminal contados por infratores da lei, expõe que uma estratégia aderidas pelos internos é a culpabilização do Estado ou da sociedade pelos atos que cometeu, sendo eles mesmos as grandes vítimas do sistema, sem outra saída senão ser aquilo que se é, onde o mundo em que habita não permite a liberdade de escolha. Nesse sentido, se rendem passivamente.

Um sujeito inerte em uma paisagem inerte. Um sujeito fora da história. Um sujeito para o qual o tempo não implica a responsabilidade de transformação e exclui a possibilidade de decidir e escolher entre alternativas. Esse sujeito é a própria criatura da máquina. Um sujeito imóvel é, por definição, determinado por uma essência que não pode – ou não deseja – modificar nem explicar, prisioneiro de sua “natureza-essência-outro”, de um programa inexorável que, inclusive, ele e o senso comum muitas vezes percebem como biológico (SEGATO, 2022, p. 65).

Em seguida, expõe sobre a confissão boa, onde o sujeito neste lugar confessa sobre seus crimes de forma a movimentar a sua história, sendo esta a confissão transformadora. “Um sujeito responsável é aquele que se encarrega de suas ações passadas, assume sua capacidade transformadora e aceita as consequências da historicidade de sua existência” (SEGATO, 2022, p. 66). Nesse sentido, Jasmim se coloca na posição ativa de sua transformação e do mundo ao seu redor, reconhecendo a existência de um passado e determinando um futuro diferente para si.

Eu, pela minha trajetória, eu anseio por poder, mas eu usaria o poder de uma outra forma. Eu o usaria de uma forma que eu empoderasse outras mulheres, e eu ficaria muito feliz em vê-las empoderadas. E que algum dia a gente chegasse e falasse, e fôssemos sentar numa grande mesa, no melhor lugar, e a gente tomando um bom drink, ‘achavam que a gente estava na pior e, olha, a gente passou por tudo isso e estamos aqui felizes’. Quantas não precisaram voltar? E as que precisaram voltar, a gente conseguiu resgatar (Relato de Jasmim durante a entrevista)

[...] Porque atrás dessas mulheres tem uma família, tem um aluguel, tem um wi-fi, tem um celular. Tem questões. Porque se eu não fizer isso, elas vão voltar para o sistema prisional. Porque, automaticamente, por mais que a gente vive em classe, as pessoas têm que entender que a sua classe não pode ser predominante aos corpos que já são desumanizados e desqualificados. Então, como eu consigo modificar? É dando trabalho e tentando equiparar. E não é equiparando com assistencial, com a... “Eu sou a dona”, não. Somos. Juntas vamos mudar. Eu não tenho condição, mas eu vou procurar caminhos para

vocês, de fato, estarem tudo bem (Relato de Jasmim durante a entrevista)

Nesse sentido, a Casa Flores a tem apoiado nesses desejos e sonhos, instrumentalizando-a por meio de cursos e formações que envolvam o ativismo político e temáticas afins, promovendo também o acesso a tratamento psicológico, mais uma vez dando ênfase na importância da saúde emocional.

Jasmim tem sido uma participante muito ativa e importante para a Casa Flores, uma vez que conta que esteve presente desde os primeiros encontros da construção daquilo que mais tarde se tornou a Organização Não Governamental Instituto Casa Flores. Conta com muito orgulho que foi com seu corpo dialogar com pessoas que não tinham a vivência de um corpo trans, com o intuito de instrumentalizá-las e fazer com que fosse possível a entidade receber e compreender a importância de olhar para esses corpos de acordo com suas especificidades, marcas e atravessamentos.

Por fim, conta um pouco da sua percepção do que é a entidade e as potencialidades da mesma, mas sempre enfatizando seu protagonismo em estar à frente das suas conquistas e superações, sendo o trabalho da Casa Flores mais um dos apoios em conjunto com outros que faz parte.

É um projeto muito bacana que traz a importância do autocuidado, de gestão financeira, de recolocação no mercado, de palestra. Mas isso tudo eu venho desenvolvendo paralelo [...] A minha forma de me colocar no mundo me proporciona e me projeta. Eu acho que, juntas, somos mais fortes. Então, eu posso dizer que me deu a base, o alicerce, entre as outras também que eu faço parte (Relato de Jasmim durante a entrevista)

Os movimentos sociais e a luta social exercem um lugar de extrema importância na vida de Jasmim, assim como trazido por Melo & Lopes (2023) em seu estudo ao retratar os caminhos possíveis que pessoas trans vão construindo como seus lugares de existência e resistência. Nisso, o que fica de mais significativo na história que narrou foi o apoio que possibilitou que sua a demanda principal, aprimorar seu posicionamento político e ativista, fosse escutada e trabalhada.

Esse foi um trabalho realizado de forma coparticipativa, onde as duas protagonistas, entidade e participante, tiveram seus papéis e importância. Aqui Jasmim se colocou como protagonista de sua história, deslocando uma responsabilidade de cuidado de si e de outras mulheres também, tendo a oportunidade de construir esse caminho com o apoio de uma entidade a qual também conseguiu encontrar um lugar de pertencimento, localizando na Casa Flores como “sua casa também”, em suas palavras.

O início de um sonho: como a Casa Flores me apoiou a conquistar aquilo que eu mais desejava.

Margarida também se autodeclara como mulher, cisgênero, com 48 anos, parda e egressa do sistema prisional. Sua trajetória conta com muitos altos e baixos, passando pelo período de 10 anos em privação de liberdade. Ao contar um pouco de sua história, em todos os momentos, menciona muitas lutas e enfrentamento de diversas barreiras que encontrou e ainda encontra ao estar em contato com a sociedade novamente. Sua história não é diferente da maioria das pessoas que são egressas do sistema prisional, assim como as das outras duas participantes desta pesquisa.

Ah eu considero guerras e lutas, luta, luta, luta, porque a gente passa por vários tipos de preconceitos. Então todo dia acontece uma novidade sobre esse sentido, dessa fase que eu passei. Se você vai tirar um documento, se você for fazer um curso, se você vai fazer alguma coisa sempre acontece alguma coisa diferente (Relato da Margarida durante a entrevista)

Dentre os fatores determinantes no processo de reinserção social, o estigma está como um dos principais, porém para Margarida muitos outros determinantes se fizeram presentes nessa sua jornada em construir um recomeço. No mapa corporal, foi mencionando o quanto a questão psicológica também foi fazendo parte de tudo, onde, por muito tempo, se culpou e determinou as próprias barreiras para acreditar que era capaz e de que tinha o direito de retomar a uma vida digna, onde poderia ter sonhos e desejos realizados. Os traumas, abusos e bloqueios emocionais também foram sendo mencionados, fatores que, com base na literatura, também fazem parte da vida de um montante de mulheres que são sobreviventes do cárcere (OLIVEIRA, 2022; HELPES,

2019).

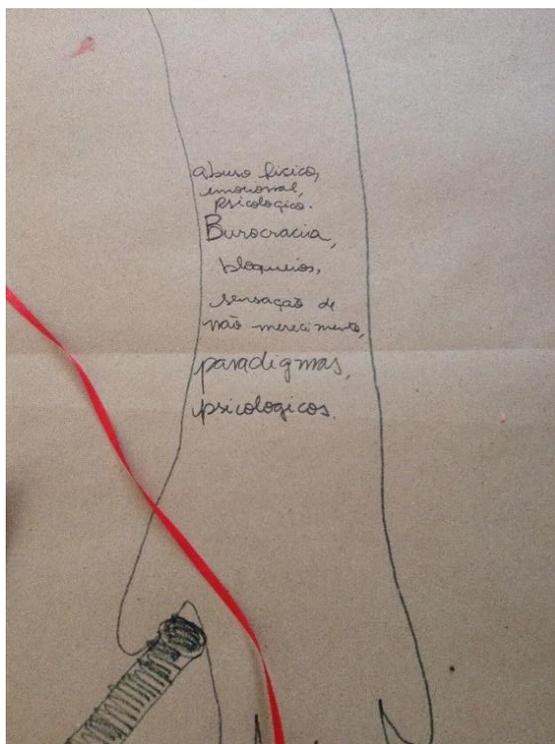


Figura 4 - Recorte do Mapa corporal de Margarida. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Na imagem, as palavras que aparecem são: abuso físico, emocional, psicológico; burocracia; bloqueios; sensação de não merecimento; paradigmas e psicológicos.

Margarida sempre menciona a *falta* em todos os âmbitos da vida e quando perguntada sobre o que mais lhe marcou com a passagem pelo sistema prisional, expõe um sentimento de abandono tanto social quanto pessoal, frente aos enfrentamentos que precisou e ainda precisa encarar para que de alguma forma consiga se estabelecer na sociedade. Ao ter cumprido sua pena, se viu sem muita outra alternativa senão se mudar da cidade onde sempre viveu e que tinha sua família, para ir em busca de um novo recomeço, sendo este na cidade de São Paulo.

Ah, a gente aprende a sobreviver com pouco, muito pouco, as outras pessoas não são humanas também e existe somente o interesse financeiro, a união mesmo, estamos todos no mesmo problema, no mesmo sistema, mas não tem união para nada (Relato da Margarida durante a entrevista)

Eu falo sobre a convivência em geral, porque se a gente está vivendo a mesma situação, por que não estar juntas, não estar unidas? E muitas vezes tem pessoas que passam muita dificuldade naquele lugar, às vezes doente, às vezes tem problema financeiro, não tem família... E são poucas as pessoas que se importam com isso. Não existe empatia. Mesmo estando todo mundo no mesmo lugar, passando pela mesma situação (Relato da Margarida durante a entrevista)

Mais uma vez Margarida menciona a falta, aqui em relação a união entre as pessoas, sendo atravessada por este cenário em quase todas as fases de sua vida. O ciclo do abandono aqui se repete e foi possível perceber o quanto isso se tornou relevante em sua vida, que a fez buscar novos caminhos e oportunidades em um lugar distante daquele que havia nascido. Fica então o questionamento: até quando tal cenário vai persistir para a vida dessas mulheres?

A solidão da mulher negra tem sido fenômeno reconhecido e pesquisado, dada a representatividade e complexidade da questão, são muitas dimensões afetivas em que podemos afirmar a solidão, sejam elas quando em espaços embranquecidos, como em locais de trabalho e formação, sejam nas relações afetivas, a compreensão interseccional mais uma vez contribuiu para análise, já que “tal estado está intimamente relacionado aos efeitos de uma cultura racista e machista” (Mizael, Barrozo & Hunziker, 2021, p. 235).

Nessa senda, uma entidade que se preocupa com o estar e fazer junto, se mostra elementar no processo, não só de reinserção social, mas de reconstrução da autoestima e de voltar a acreditar que é possível, seja aquilo que se quiser conquistar.

Às vezes, algumas dessas ONGs fazem mutirão, que nem essa do Leonardo³, ele faz alguns mutirões de 2 em 2 meses e você vai lá, participa de reuniões, tira documento, eles ajudam você a entrar em vários sites de cursos gratuitos, ensinam você a mexer, fazendo o que for para você poder ter acesso. Mas aí, até você chegar a essas pessoas... É só uma falta de acesso mesmo. Então as vezes as pessoas acabam desistindo e acham que é mais fácil fazer outras coisas. Pela dificuldade do dia a dia (Relato de Margarida durante a entrevista)

³ Fundador do Instituto Resposta, criado em 2015 e localizado na cidade de Poá – São Paulo.
<https://recomecar360.org/>

Aqui é possível perceber o quão importante é o papel de entidades do terceiro setor como expansionistas de oportunidades de acesso aos direitos sociais para essa população em específico. Margarida relata várias instituições as quais já teve a oportunidade de entrar em contato e receber algum tipo de apoio. Contudo, quando mencionava a apoio do poder público, Margarida sempre relatou a ineficiência e, até mais, a inexistência desse apoio quando buscou por ele nos momentos que mais precisava.

Aqui também é importante ressaltar que as ações de apoio também devem estar relacionadas ao processo de cuidado de mulheres negras, ou seja, numa sociedade na qual o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019), é *sine qua non* que as formas relacionais, sociais, culturais, matéria e afetivas respeitem e gerem espaços de acolhimento, pertencimento e fortalecimento de todas as dimensões da vida da referêcia e representativa negra e afro-brasileiras.

Opiniões a gente sempre tem, né? Mas eu sei que você que depender de ajuda do Estado, do governo, etc. É bem difícil, né? Porque o Estado mesmo, o governo poderia estar ajudando a gente nisso [...] porque, às vezes, o que eu vejo? A pessoa volta a ser aquilo que ela era por falta de oportunidade de acesso, falta de acesso, principalmente. Porque se você vai no CRAS⁴, aí o CRAS faz isso, aí vem tal dia... e aquilo vai passando. Às vezes a pessoa precisa comer, precisa alimentar um filho, precisa viver. O tempo vai passando (Relato de Margarida durante a entrevista)

É dever do Estado prestar assistência no momento em que a pessoa privada de liberdade se torna egressa do sistema prisional, tendo algumas leis e políticas públicas respaldando a assistência quanto aos direitos sociais, assistência jurídica e reintegração social. Nesse sentido, a Lei De Execução Penal, rege que “a assistência ao preso e ao interno é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”; devendo prestar assistência nos níveis: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa (BRASIL, 1984).

Ademais, segundo as regras de Bangkok, um conjunto de diretrizes internacionais para o tratamento de mulheres presas e o uso não violento de prisões para mulheres, na

⁴ O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços de Assistência Social.

regra 47 dispõe “após sua saída da prisão, deverá ser oferecido às mulheres egressas apoio psicológico, médico, jurídico e ajuda prática para assegurar sua reintegração social exitosa, em cooperação com serviços da comunidade” (BRASIL, 2016, p. 32). As regras são orientações para os governos poderem desenvolver políticas e práticas que garantam o tratamento adequado e respeitoso das mulheres que passam por esse tipo de experiência, sendo o Brasil, um dos países que ajudaram em sua elaboração, devendo ser um defensor de seu uso e implementação.

Para além disso, e indo pela lógica inversa, Angela Davis entende que a punição não deve ser a preocupação central da administração da Justiça, mas sim que deve ser pensada pela lente de uma “constelação de estratégias e instituições alternativas, com o objetivo final de remover a prisão das paisagens sociais e ideológicas de nossa sociedade” (DAVIS, 2018, p. 115).

Mas o que acontece, na vida após o cárcere, é a realidade de vários entraves que os antecedentes criminais acabam trazendo, não só na oportunidade de buscar por um emprego formal, mas também na existência de uma pena multa que são geradas em seus nomes e que, no não pagamento, são impossibilitados de tirar documentos, como título de eleitor e CPF, bem como fazer abertura de contas e microempresas. Infelizmente, esta é a realidade de muitos egressos que acabam tendo seus direitos civis e políticos impedidos, uma vez que é dever do Estado facilitar a reinserção, não gerar mais impedimentos (INNPD, 2021, p. 20).

Assim, na realidade, o que muitas vezes ocorre é que a pessoa condenada à pena privativa de liberdade cominada com pena de multa, ao sair do cárcere sequer possui condições materiais para questões básicas de sobrevivência, como alimentação e moradia, e mesmo assim ainda possui a obrigação de pagar uma quantia exorbitante, que será revertida em favor do Fundo Penitenciário (FUNPEN) (OLIVEIRA, 2022, p. 54)

Com isso, as entidades do terceiro setor, tais como as ONGs e outras organizações comunitárias, acabam tendo um papel importante e que, de certa forma, amortece a ineficiência do Estado frente a essas demandas. Um dos trabalhos que a Casa Flores exerce junto a essas mulheres é a conscientização política em defesa de seus direitos sociais, políticos e civis, que, por muitas vezes, ainda estão adormecidos. No caso das mulheres presentes nesta pesquisa, foi possível perceber que uma vez que elas tiveram a

oportunidade de acessar tais conhecimentos, se revestiram de autoridade sobre seus direitos e passaram a lutar ativamente em prol deles.

A pesquisadora fez um breve mapeamento das entidades voltadas ao público egresso do sistema prisional e/ou seus familiares que existem na cidade de São Paulo e foi possível levantar os dados de seis instituições e o Programa de Atenção ao Egresso e Família, uma política pública que tem por finalidade dar assistência direta ao egresso do sistema penitenciário e também aos seus familiares, operacionalizado pelas Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEF).

Com base em tais informações, foi possível localizar a Casa Flores em uma perspectiva integralizada de atendimento, visto que trabalha a partir de uma abordagem multidisciplinar, mas não só, pois coloca os sonhos e desejos da mulher participante como prioridade, enquanto outras entidades dão ênfase em áreas mais específicas da vida cotidiana das pessoas egressas, tais como apenas o trabalho, ou o apoio aos familiares, entre outros.

Posto isto, ao ser perguntada sobre o que mudou em sua vida depois de ter conhecido a Casa Flores e como ela percebe que tal situação tem influenciado seu cotidiano, Margarida conta sobre seu maior objetivo de vida naquele momento, se profissionalizar para conseguir um trabalho. Foi então elaborado um projeto de vida em que ela fosse priorizada a realização de um curso de vigilância privada para que, assim, ela conseguisse alcançar seu maior sonho.

Ah sim, influencia sim, porque fiz o curso, me profissionalizei, mudei de área, e agora eu vou tentar fazer a faculdade na mesma área, então tudo isso me impulsiona [...] me impulsionou muito a terminar o estudo. E me ajudou bastante nesse sentido do curso (Relato da Margarida durante a entrevista)

Então, pra mim a Casa Flores me deu bastante oportunidades mediante aquilo que ela pode. Eu acho que se possível, mas tentar assim... Nesse sentido mesmo de tentar profissionalizar a outra pessoa. Eu sei que tem dificuldade, mas... É aquele negócio dar a vara para o pessoal pescar. E do resto, eu só tenho que agradecer mesmo. No apoio que elas me dão. Em todos os sentidos, eu só posso agradecer. Não tenho o que reclamar (Relato de Margarida durante

a entrevista)

Do mesmo modo, no mapa corporal, simbolizou sua maior conquista junto à entidade através do desenho de uma tonfa, arma branca utilizada como seu instrumento de trabalho no exercício da função de vigilante privado. A todo momento deixa claro que este foi o real impacto que a entidade teve em sua vida, apoiando na construção e realização desse sonho.

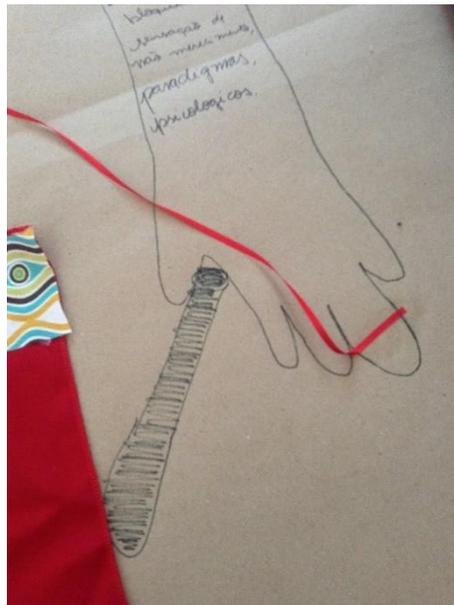


Figura 5 - Recorte II do Mapa corporal de Margarida. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Mas acho que pra mim ajudou, ajudou bastante. Hoje eu sou formada na Vigilância pela Casa Flores (Relato de Margarida durante o mapa corporal)

Castel (1994) destaca como a falta de emprego pode resultar em um sentimento de desenraizamento e alienação para muitos indivíduos, ou seja, ter ou não ter um trabalho se mostra crucial no que diz respeito a identidade e integração social das pessoas. Deste modo, o não acesso ao trabalho ou a exclusão do mercado de trabalho pode levar à marginalização e à exclusão social. Quem trabalha possui um lugar de produtividade e utilidade social e aqueles que não produzem para a sociedade, ou seja, não possuem trabalho, são considerados “sobrantes” (CASTEL, 1998), que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e, por isso, são passíveis de

desqualificação, invalidação social e tendo seus vínculos sociais rompidos, sofrendo preconceitos e sendo colocados à margem da sociedade.

A ruptura com o mundo do trabalho e com as redes sociais de suporte produz o que o autor denomina de desfiliação social (CASTEL, 1994). Portanto, uma pessoa que passa pela experiência do cárcere pode encontrar-se em um processo de desfiliação social, onde encontra-se diante da perda dos vínculos sociais; tanto familiares, de amigos e companheiros, sofrem estigmas como já mencionado anteriormente; enfrentam desproteção social, onde não há políticas públicas efetivas que auxiliam na reinserção social, bem como, vulnerabilizarão devido a falta de apoio social e econômico.

As franjas extremas da marginalidade que caem sobre a exclusão, portanto, não representam um meio apartado das posições menos estigmatizadas, mas instáveis, que tem sua origem na precariedade das situações de trabalho e a fragilidade das inscrições sociais. É esse contínuo de situações vulneráveis compartilhadas por amplas camadas populares o que constitui o caldo de cultivo da marginalidade social (CASTEL, 2010, p. 251).

Todos os pontos mencionados por Castel foram relatados pelas mulheres participantes desta pesquisa, reforçando as fragilidades que atravessam os corpos de mulheres egressas do sistema prisional. Mas são pontos estes que podem contribuir na identificação de ações de reparação e por que não de prevenção, frente a essa situação.

Na história de vida de Margarida, a busca por estar inserida novamente na sociedade se mostrou muito relevante, e esta busca se deu através do trabalho, sendo esse processo dissertado por Castel (1994). As marcas da experiência do cárcere denunciam as rupturas vivenciadas pelo seu corpo, a margem social se fez presente e o rompimento dos laços sociais estavam postos assim que esteve no mundo compartilhado e a busca por um emprego foi uma das oportunidades que encontrou para exercer seu papel de cidadã, sendo que a Casa Flores a escutou e apoiou neste seu sonho.

Com isso, esta é uma entidade que demonstra acreditar e trabalhar em cima dos sonhos das mulheres as quais dedica-se em apoiar. Trabalhar a partir da identificação dos sonhos/desejos, aqui, tem se mostrado potente no trabalho junto a mulheres egressas do sistema prisional. É acreditar no potencial que elas trazem consigo e dar as ferramentas necessárias para que elas consigam, ativamente e de forma engajada, alcança-los.

Os atravessamentos em comum.

4.2.2.1 Marcas entroncadas: uma questão interseccional.

A questão do encarceramento feminino atinge preferencialmente as mulheres negras de classe social pobre, como já visto nas análises do perfil da mulher encarcerada no Brasil e em vários estudos que evidenciam e reforçam tal afirmativa (INFOPEN Mulheres, 2018, HELPES, 2019, OLIVEIRA, 2022, DAVIS, 2018). As mulheres participantes desta pesquisa são atravessadas pelas marcas de raça, gênero, classe social e sexualidade. Suas vidas são interseccionadas por tais marcas.

Com isso, em suas histórias aqui contadas, foi possível identificar como esses marcadores foram se intensificando e também tendo suas especificações, como no caso da Jasmim, que perpassa pela experiência de ser uma mulher trans, apontando para um atravessamento específico, mas que se une com os marcadores presentes na vida das outras mulheres presentes no estudo.

Nós somos pessoas distintas, de lugares diferentes, mas a gente se encontra num sofrimento. Mas num sofrimento que foi diferente para cada qual (Relato de Jasmim durante a entrevista)

As matrizes de opressão tais como raça, gênero, classe social, orientação sexual, geração, etnia, entre outras marcas, vão se interrelacionando na vida dessas mulheres e é apenas através da compreensão dessa dinâmica, que é complexa e cheia de nuances, que é possível entender e promover ações que sejam efetivas frente a cotidianos marcados pelas violências e violações (COLLINS & BILGE, 2020).

McClintock (2010), alerta para a importância de se pensar as relações de modo interseccional, trazendo uma perspectiva pós-colonialista, onde gênero, raça e classe são fatores que não podem ser compreendidos de forma isolada na experiência humana. O conceito de gênero vai além dos traços culturais associados a diferenças biológicas. Ele também é influenciado pela estratificação social, incluindo uma herança de exploração ligada à colonização. Da mesma forma, a questão racial não se limita apenas à cor da pele, mas é profundamente enraizada na divisão social do trabalho, influenciada pelas dinâmicas de gênero. Esses aspectos não são simplesmente intercambiáveis ou iguais

entre si, mas existem em conjunto, interagindo de maneiras complexas e, por vezes, conflitantes.

E quando se pensa o feminismo para além da igualdade de gênero, segundo Davis (2018), é possível se direcionar para a conscientização em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a outros gêneros ainda não relatados, a outras sexualidades, e por assim vai. Por isso, é através da prática consciente e preocupada que reside o potencial de transformação.

As metodologias feministas nos impõem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (DAVIS, 2018, p. 99).

4.2.2.2 A verdadeira busca: uma questão do estar e fazer junto.

Depois de passar um bom tempo imersa nesta pesquisa, olhando com mais cuidado para a vida dessas mulheres com as quais tive a alegria de estar em contato, bem como me aprofundando nas histórias de outras mulheres através da leitura de referenciais e estudos que foram compondo minhas análises, podendo também conhecer um pouco as mulheres da equipe Casa Flores e em meio às diversas trocas com a minha orientadora, sendo que, concomitantemente, fui sendo cuidada pelas mulheres da minha família e pelas minhas amigas, fui corporificando e refletindo sobre a potencialidade do cuidado em coletividade e entre mulheres.

Nas histórias aqui contadas, fui constatando o quanto a questão do afeto e da solidariedade foram sendo mencionados em diversas falas e em diversos contextos diferentes. Nisso, parei para refletir mesmo sobre o que exerce o poder de unir as pessoas e o que é capaz de gerar verdadeira transformação na vida de mulheres que são marcadas constantemente pelos diversos abandonos que já foram sendo mencionados algumas vezes nesta pesquisa. O estar junto, na companhia do outro, tendo a oportunidade de ser escutada e dialogar a partir de sua versão da história, teve o potencial de unificar e emancipar a experiência do corpo marginalizado. As experiências sobre os momentos de convivência e trocas afetivas foram sendo narradas em suas falas.

A Casa Flores sempre tenta pensar cada uma de nós, nossa singularidade, nossos gostos [...] e eu acho que é bom você ter uma escuta, acho que é bom você ter pessoas que podem te escutar (Relato de Lótus durante o mapa corporal).

O estudo de Birman (2000), revela que a relação de solidariedade e fraternidade depende da relação e do desejo do outro nas suas relações, da mesma forma que esses sujeitos necessitam um reconhecimento de que não são autossuficientes: “(...) A fraternidade não é absolutamente uma substância permanentemente e consistente, mas um estado que pode, contudo, se prolongar ou se dissolver, de acordo com o desejo dos sujeitos que participam nesta rede de laços inter-humanos” (MEDEIROS, 2010, p. 108 apud BIRMAN, 2000, p.186)

O afeto foi algo aqui buscado pelas mulheres participantes, sendo este fenômeno requisitado constantemente por nós e pelas pessoas ao nosso redor. Porém, os corpos de mulheres negras não são considerados merecedores de afetividade, da companhia, do bem-estar (PACHECO, 2018) e isso foi algo que impactou a vida dessas mulheres sobreviventes do cárcere.

O afeto tornou-se um privilégio em nossa sociedade, marcada pela desigualdade racial: o amor, o carinho, o princípio de partilha, a preocupação, o cuidado mútuo e a solidariedade são estabelecidos com base nas estruturas hierárquicas fundamentadas pelo racismo e o sexismo presentes nas sociedades capitalistas, configurando-se enquanto produtos da segmentação das relações de poder (PEREIRA et al., 2018, p. 319 apud SANTIAGO, 2017).



Figura 6 - Recorte do Mapa corporal de Lótus e Margarida. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Nessa senda, Lótus menciona que o que mudou para ela foi a questão do convívio, de ter a oportunidade de compartilhar momentos de lazer, trocas e afetividade com outras pessoas que demonstraram querer escutá-la e a querer por perto. Representa a união das pessoas com um fio vermelho que está sendo segurado pelas mãos do seu corpo representado no mapa corporal.

Dizem que todo mundo é unido por uma fita vermelha (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Fui pesquisar sobre o que havia mencionado e encontrei a referência de um ditado, cujo nome é Akai Ito, que é um ditado frequentemente associado à ideia de "fio vermelho do destino". Ele faz referência a uma crença ou conceito encontrado em algumas culturas, especialmente na cultura chinesa, japonesa e coreana. A ideia é que duas pessoas destinadas a se encontrarem estão conectadas por um fio invisível, geralmente representado por uma fita vermelha atada aos dedos mindinhos delas. Este fio nunca se rompe, apesar do tempo, da distância ou das circunstâncias, simbolizando um destino que une essas pessoas de alguma maneira significativa.

Nessa senda, indo por uma perspectiva mais simbólica dessas análises, se torna marcante entender que essas vidas foram marcadas para sempre com a experiência dessas relações que foram sendo construídas de forma coletiva, onde participantes e entidade exerceram seu papel e importância no decorrer do processo, de forma que as mulheres egressas puderam ser apoiadas naquilo que lhes eram importantes, mas também entendendo que a entidade pôde se desenvolver a partir das experiências delas.

Por outro lado, outro objetivo importante desta pesquisa, foi compreender quais eram as lacunas existentes no trabalho ofertado pela entidade. Para isso, fui perguntar para as próprias participantes sobre o que elas achavam que poderia melhorar e como isso poderia ser feito. Curiosamente, elas mencionaram mais uma vez a questão da convivência e do estar junto em relação com o outro. Nesse momento, foi dito sobre a importância de um local físico e fixo onde a entidade poderia estabelecer sua sede e onde elas poderiam ter um espaço de convívio, de diálogo, de encontros, onde elas pudessem ter uma segunda casa.

Estava todo mundo junto. Mal ou bem, a gente se via uma, duas vezes na semana. Então, sempre se falando, sempre vamos fazer isso, vamos

fazer não sei o que, ganhou doação de não sei o que, vamos fazer tal coisa, aula de não sei o que. Então, a gente sempre estava ali fazendo alguma coisa (Relato de Margarida durante o mapa corporal)

Antes era... Quando tinha a casa, parecia que era mais aconchegante. Assim, sem encontros físicos, pelo computador, não tem todo esse acalento, acho que remete um pouco à distância do cárcere, sabe, como se eu estivesse falando por carta. Então, pra mim, acho que era muito bom quando tínhamos encontros. Tinha a casa e... Acaba trazendo outra realidade para nós que somos mulheres que não tem essa realidade de sair, para passear ou fazer alguma outra coisa (Relato de Lótus durante o mapa corporal)

Margarida e Lótus contam sobre como era participar da entidade quando esta possuía um local físico, em que todas eram acolhidas e podiam ter um local de encontros. A distância dos encontros remete a solidão do cárcere.

Eu trago a provocação de um lugar físico onde as pessoas possam trocar [...] que poderia ajudar muitas outras mulheres na questão de ter aquele lugar fixo, onde vai ter encontros, onde a gente vai poder conversar, vai dialogar, e que seja entre pares (Relato de Jasmim durante a entrevista)

Aqui se faz necessário compreender que o cuidado também é acolhimento e acolhimento se faz a partir da coletividade. Jasmim deseja um local onde ela e outras mulheres possam se acolher, criando um espaço possível de produzir o pertencimento a partir do encontro. Com isso, fica aqui as colocações dessas mulheres, para que o trabalho com esta população em específico possa ser cada vez mais efetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo central, esta pesquisa buscou avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional, a partir das narrativas das próprias mulheres que acessam uma Organização Não Governamental, neste caso a ONG Casa Flores. Em meio a isso, foi

sendo realizado um trabalho para compreender a importância desses apoios na vida cotidiana dessas mulheres; identificando quais são as ações exitosas que vêm sendo realizadas pela ONG juntamente com o mapeamento das lacunas existentes nesse fazer, para o seu aprimoramento. Meu intuito aqui foi contribuir com a divulgação dessas práticas com essa população em específico, para que outros serviços afins possam se beneficiar desses dados, e para que este campo possa se constituir mais sólido e resistente a partir do compartilhamento dessas ações e modo de fazer (VINZÓN, ALLEGRETTE e MAGALHÃES, 2020).

Com isso, a pesquisa aponta para a importância da entidade que se dispor a trabalhar junto à mulheres sobrevivente do cárcere, direcionar suas ações através de uma abordagem multidisciplinar, considerando de forma consciente as questões do desenvolvimento pessoal e profissional da mulher participante, de sua saúde física e emocional, das questões jurídicas pendentes e que impactam diretamente no acesso aos direitos civis e políticos, bem como; para a educação e o lazer, fatores que apoiam a reinserção social efetiva.

Para isso, é necessário estar consciente da realidade do perfil dos corpos que são aprisionados no Brasil, sendo esses corpos intensificados pelo cruzamento das marcas da raça, gênero e classe, principalmente. Com isso, é necessário o compromisso de olhar profundamente para essas relações no sentido de abordar tal perspectiva no planejamento, acolhimento, intervenção e diálogo com seu público alvo. Em um viés decolonial, é preciso ser crítico e questionar as estruturas de poder, conhecimento e dominação impostos pelos modelos capitalistas, machistas e racistas que perpetuam as relações humanas. É urgente que se ampliem as vozes daquelas que foram por tanto tempo silenciadas e que, ao passo que acessam o direto à audibilidade, passam a exercer a agência sobre si e sobre aquilo que se quer realizar no mundo (SEGATO, 2022).

Tal abordagem consciente, tem o potencial de apoiar essas mulheres que, por muitas vezes, vivenciaram a realidade da privação em suas vidas e que, neste momento, podem ter algumas delas equiparadas. E, para além, o trabalho deve envolver o combate aos estigmas sociais referente as temáticas transversais ao encarceramento, uma vez que é no imaginário social que reside os estigmas, os preconceitos e todo o processo de marginalização destas pessoas.

Desta feita, não se pode deixar de apontar a necessidade do fazer junto/com a mulher participante, onde esta terá a oportunidade de ser a protagonista de sua história. Quando a escuta se faz mais importante que a fala, ou seja, o interesse dela se torna mais

relevante do que o restante, o engajamento e motivação no processo de transformação se torna maior e mais efetivo.

As narrativas das participantes contribuíram para a compreensão da relevância do cuidado da saúde emocional da mulher que vivencia tal experiência, uma vez que o sentimento de abandono pessoal e social se faz presente nas vidas de muitas delas. O empoderamento quanto a própria percepção de mulher sobrevivente do cárcere, foi pautado como um fator emancipador e empoderador do processo de reinserção. Uma vez que se libertam das amarras dos estigmas, que elas também podem trazer consigo, começam a praticar o exercício de cidadania e deslocar tal perspectiva para outras mulheres. A participação política e ativa nos espaços sociais e políticos, foi um dos fatores determinantes para o processo de reinserção social, tendo isto como uma estratégia de pertencimento no meio social. Nesse cenário, o desenvolvimento profissional foi uma grande pauta no processo, visto que este fator é determinante para a inserção social de qualquer sujeito em uma sociedade capitalista, o que não seria diferente na realidade dessas mulheres.

A questão da convivência, do conviver e do estar junto se torna crucial na vida de mulheres que são constantemente abandonadas por suas famílias, amigos e sociedade como um todo. A solidão muitas vezes faz parte de seus cotidianos e a relação com o outro se torna importante nos seus processos de reinserção. Sobre isso, o que elas trouxeram como limitações no trabalho da entidade, este tema também esteve presente, trazendo a importância de um local físico onde elas pudessem estar em comunhão e ter momentos de encontros, partilhas e trocas entre si, onde elas pudessem ter uma “segunda casa”, em suas palavras.

Ainda sobre limitações, gostaria de trazer à luz as presentes nesta pesquisa, onde a falta de outros estudos referentes ao trabalho de entidades do terceiro setor junto a mulheres egressas do sistema prisional foram relevantes para que eu conseguisse ampliar a discussão do impacto das ações com este público. Nesse sentido, a pequena amostra de mulheres que participaram, impactou na ampliação das reflexões acerca da temática aqui exposta. Com isso, indico a necessidade de mais estudos com esta população, que compreendam uma amostra maior de participantes e também de outros lugares (principalmente Estados) do país, visto a complexidade de políticas, número de pessoas egressas e especificidades de cada localização.

Por fim, vou concluindo este estudo, mas longe de querer concluir esta discussão, com a certeza de que o trabalho em apoio a mulheres que experienciam o cárcere precisa

ser feito junto a elas. É nesse encontro que é possível proporcionar transformações que sejam fundamentais em suas vidas. É através da escuta que se desperta o poder de sonhar, de desejar ir mais além. É trabalhar a partir das fragilidades com o intuito de transformá-las em potencialidades e isso só é possível de ser alcançado fazendo junto e escutando o que elas têm a dizer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, A. M.; SAINT-ARNAULT, D.; BOROSKI, A.H.; SCHERER, Z.A.P.; CARVALHO M.T.V.F.; OLIVEIRA, J.L.; SOUZA, J. **Entrevista narrativa etnográfica clínica sobre a experiência de mulheres egressas do sistema prisional**. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 32, p. e20220329, 2023.

AMBROSIO, L.; SILVA, C. R. Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional, v. 30, p. 1-11, 2022.

ART2BE. **Art for Positive Living and Social Change**. Kenyan, 2009. Available from: <http://www.art2bebodymaps.com//index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/dossie_antra-2023.pdf>

BIRMAN, J. Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos! In: KEHL, M.R. (Org.). Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p.171-208.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**. Brasília: CNJ, 2020. 226 p.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei de Execução Penal (1984). **Lei de Execução Penal: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação; n. 11). ISBN 978-85-736-5498-8.**

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>>

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (2a ed.)**, 2018. Brasília, DF: o autor. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

_____. **Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça –1. Ed –Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.**

BRITO, A.; FALEIRO, A. E.; FERNANDES, A.; MERLLO, C.; DIAS, D.; PRADO, D.; MARQUES, J.; MARTINS, L.; DIAS, L.; GONÇALVES, L.; PIMENTA, M.; LOPES, R.; & BELO, T. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.

CARVALHO, D. T. P.; MAYORGA, C. **Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres**. Revista Estudos Feministas [online]. v. 25, n. 1, pp. 99-116, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p99>

CASTEL, R. **Da indigência à exclusão, à desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional**. In: LANCETTI, A. (Org.). Saúde loucura, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ, Brasil: Editora Vozes, 1998.

_____. **El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

DAGNINO, R. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. 1. ed. Florianópolis: Insular/EdUEPB, 2014. p. 19-88.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVY, C. et al. **Aspects of the resilience and settlement of refugee youth: a narrative study using body maps**. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 231-241, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322%2Fcto.2014.045>>

ESPINOZA, O. **A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista**. Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. v. 1, n. 1, p. 35-59, 2002.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 363 p. Tese (doutorado em Ciência Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FERRUFINO A.H., MIRANDA V.L., MORRISON R., YATES G.M., SILVA C.R. **Transacionalismo, Interseccionalidade Feminista e Método Narrativo: aportes para a pesquisa em Terapia Ocupacional e Ciência Ocupacional**. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2019. v.3(1): 150-161

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30ª ed. Petrópolis. Vozes; 2005.

GALHEIGO, S. M. **O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico social**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>>

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. Perspectiva; 2003.

GUERRA, I. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. Sociologia - Problemas e Práticas, (13), 59-74, 1993.

HADER, T. Z., VAZ, D. C., & SILVA, A. M. B. **Egressos do sistema prisional: uma revisão sistemática da literatura nacional**. Revista Mundi Sociais e Humanidades, 5(2), 90, 2020.

HELPE, S. S. **Depois das grades: trajetória de mulheres egressas do sistema prisional**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional da UFJF. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/123456789/10186>. Acesso em 04 nov 2023.

INNPD. Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas. **A liberdade é uma luta constante: efeitos e permanências do cárcere na vida de egressos e familiares pós-prisão na cidade de São Paulo**. Apoio: AMPARAR, vereador Eduardo Suplicy, Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos. 2021.

IPEA. **Reincidência criminal no Brasil: relatório de pesquisa**. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, J. F. **Mulher fiel: Etnografia do amor nas prisões do PCC**. São Paulo: Almeida, 2015.

LOBO, E. S. **Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência**. Tempo Social, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 7-15, 1992.

McCLINTOCK, A. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MEDEIROS, L. L. **Mulheres e cárcere-reflexões em torno das redes de proteção social**. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de filosofias e Ciências Humanas, 2010.

MELO, K. M. M., & LOPES, R. E. **Modos de vida, experiências trans e enfrentamentos: considerações para a ação técnica em terapia ocupacional social**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 31(spe), e3225, 2023. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO246532251>

MBEMBE, A. **“Necropolítica”**. Arte & Ensaios, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

MIRANDA, R. B.; GOLDBERG, A.; BERMUDEZ, X. P. D. **Programas de reinserção social para egressos do sistema prisional no Brasil: há um olhar para o recorte de gênero?** Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 12, p. 4599–4616, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022712.13012022.

MIZIAEL, T. M., BARROZO, S. C. V., & HUNZIKER, M. H. L. (2021). **Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura**. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 13(38), 212–239. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1270>

MUYLAERT, C. J. et al. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014. DOI: 10.1590/S0080-623420140000800027.

OLIVEIRA, C. M. **Trajetórias de mulheres sobreviventes do Sistema Penitenciário na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CASA FLORES. Casa Flores, c2020, **Relatório de atividade 2020**. Disponível em: <https://www.casaflores.org.br/_files/ugd/3196e0_8a407223b5d2416eab5768039052f7b0.pdf>

PACHECO, A. C. L. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PEREIRA, A. O.; SANTIAGO, F.; SOUZA, E. G. L. **Ubuntu: acolhimento ancestral e inquietações feministas negras à educação de bebês e crianças pequenas em creches e pré-escolas**. Revista Teias, v. 19, n. 53, p. 314–329, 2018. DOI: 10.12957/teias.2018.33547. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/33547>. Acesso em: 4 nov. 2023

PEREIRA, R. C. **O sujeito egresso: trabalho e estigma**. In: BRITO, A. et al. (Orgs.). O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. 1. ed. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013. p. 145-159. ISBN: 978-85-63077-07-3.

PIRES, A. A. C.; GATTI, T. H. **A reinserção social e os egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade**. Inclusão Social, v. 1, n. 2, p. 58-65, abr./set. 2006.

ROSSI, C.; TURELLA, R. **O MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO: A PRISÃO E SEU ESTIGMA**. Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça, [S. l.], v. 3, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/930>.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SALLA, F. **Vigiar e Punir e os estudos prisionais no Brasil**. DILEMAS: Revista de estudos de conflitos e controle social – Edição Especial nº 2, p. 29-43, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14201>>.

SAMHSA. **After Incarceration: A Guide To Helping Women Reenter the Community**. 2020. Recuperado de <https://store.samhsa.gov/product/After-Incarceration-A-Guide-To-Helping-Women-Reenter-the-Community/PEP20-05-01-001>

SANTIAGO, F. **Segmentação e hierarquização racial: qual o lugar das crianças negras pequenininhas no cotidiano da educação infantil?** In: SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta; SILVA, Thaise. Educação infantil: docência e formação de professor@s, 2017 (Em prelo).

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 54.025, de 16 de fevereiro de 2009**. Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e dá providências correlatas [Internet]. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; 2009. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54025-16.02.2009.html>>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. **SAP e Secretaria da Justiça inauguram Unidade de Atendimento de Reintegração Social destinada a mulheres e população LGBTQIA+**. [Internet] 2022. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not2180.html>>

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2018.

SEGATO, R. L. **Cenas de um pensamento incômodo gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022, 256p.

SILVA, C. R.; MARQUES, G. **Das dores ao livramento: corporeidades e processos de cuidado em Terapia Ocupacional**, 2022. In CIRINEU, C.T.; ASSAD, F. B. **Corpo em foco: proposições contemporâneas**. Batatais: Claretiano, 2022.

SILVA, J. F. et al. **Oportunidades de emprego e trabalho para egressos do sistema prisional: revisão sistemática.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 10, n. 2, p. 332-341, 2021.

SOUSA, F.B. et al Brazilian prison system: infrastructure, rebellions and crisis management. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-40, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4342/4025>>

STOCK, B. S.; PANICHI, R. M. D.; FUZINATTO, A. M. **Privar-les de llibertat és privar-les de salut?: Interlocucions entre gènere, salut pública i presó a partir de l'experiència d'un equip d'atenció bàsica.** Papers: revista de sociologia, v. 102, n. 2, p. 337-371, 2017. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/papers/papers_a2017v102n2/papers_a2017v102n2p337.pdf>

VARELLA, D. **Prisioneiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VINZÓN, V., ALLEGRETTI, M. e MAGALHÃES, L. **Um panorama das práticas comunitárias da terapia ocupacional na América Latina.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2020, v. 28, n. 2, pp. 600-620. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1891>>

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA ENTREVISTA

Como prefere ser chamada/e? Quem é (nome que prefere ser chamada)	Aberto
Qual a sua idade?	Em anos
Qual sua escolaridade	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Prefiro não responder
Como você considera sua condição financeira hoje?	Aberta
Como você se auto identifica quanto ao gênero?	<input type="checkbox"/> Mulher cis <input type="checkbox"/> Mulher trans <input type="checkbox"/> Não-binário <input type="checkbox"/> Prefiro não responder
Como você se auto identifica quanto a raça, cor ou etnia?	<input type="checkbox"/> Preta/e; <input type="checkbox"/> Parda/e; <input type="checkbox"/> Branca/e; <input type="checkbox"/> Amarela/e; <input type="checkbox"/> Indígena. Qual etnia? _____. <input type="checkbox"/> Prefiro não responder
Hoje, qual é a sua ocupação/trabalho?	Aberta
Como você descreve sua trajetória até o presente momento? Quais são os marcos mais importantes, me conta mais sobre a sua vida?	Aberta
O que mais lhe marcou com a passagem pelo sistema carcerário?	Aberta

Qual(is) sua(s) maiores dificuldades após a saída da penitenciária? Em relação à trabalho e condição financeira, em relação ao seu cotidiano, sobre suas relações (afetivas de amizades e familiares), sobre você em relação a si mesma, planejamento para futuro?	Aberta
Como soube da existência da ONG Casa Flores? Como se deu sua vinculação a ela?	Aberta
Há quanto tempo tem participado e frequentado a Casa Flores?	Aberta
Você participou ou tem participado de outras entidades ou projetos que lhe apoiam nessa e/ou outras áreas da sua vida?	Aberta
Sobre suas demandas de apoio e desafios: percebe que a ONG tem influenciado na realização de suas demandas e no enfrentamento dos desafios após o cárcere como?	Aberta
Como as ações realizadas junto à ONG Casa Flores impactam diretamente na vida cotidiana?	Aberta
Qual a sua opinião sobre a importância de projetos com esse cunho junto a outras mulheres?	Aberta
Você tem sugestões para melhorar as ações da ONG para outras mulheres que passarão pelas experiências como as suas?	Aberta
Existe algo que você percebeu que faltou no seu processo junto a ONG, para que você alcançasse melhores resultados?	Aberta
Você tem planos para o futuro? Se sim, quais são?	Aberta
Você considera que a Casa Flores a pode ajudar a alcança-los?	
Espaço aberto para que possam dizer sobre outras subjetividades e avaliações deste processo	Aberta

APÊNDICE B – ROTEIRO DO ENCONTRO DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA VISUAL DO MAPA CORPORAL

Perguntas disparadoras para a aplicação da metodologia visual do mapa corporal

Bloco 1 - sobre trajetórias e marcas

- Para começar, gostaria que me contassem quem são vocês hoje. O que mais representam vocês (características físicas, emocionais, experiências...)? Quais são as marcas presentes nesse corpo?
- Agora, quais são as experiências que mais marcaram vocês? Quais são as experiências boas e não tão boas que fazem parte desse corpo? quais as dificuldades e as ajudas encontradas nessa sua jornada.

Bloco 2 - sobre a Casa Flores

- Onde você localizaria a Casa Flores no seu Mapa Corporal? Como, onde e por quê.
- Desde de que entraram para a CF, o que mudou? O que você conquistou e o que elas fizeram para te ajudar a conquistar isso?
- O que você acha que estaria diferente em você se não fosse o apoio da Casa Flores?
- O que está nessas relações e que é diferente de outros tipos de relações que já tiveram?

Bloco 3 - sobre sonhos e futuro

- Quais foram os objetivos que vocês tiveram e que sabem que precisariam de algum tipo de apoio para alcançá-los, mas que ainda não tiveram?
- qual seu maior sonho? Como alguém ou algum serviço poderia te ajudar?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **(Resolução CNS 510/2016)**

MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: QUAL A INFLUÊNCIA DE PROJETOS DE APOIO EM SEUS COTIDIANOS?

Nós, Sara Mariana de Castro, estudante de Graduação em Terapia Ocupacional e Profa. Dra. Carla Regina Silva do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a convidamos para participar da pesquisa de Iniciação Científica “Mulheres Egressas do Sistema Prisional: qual a influência de projetos de apoios em seus cotidianos?”.

Neste primeiro momento sua participação pode ser virtual ou presencial e aleatória, sendo critério de inclusão identificar-se como mulher que tenha passado pelo sistema prisional e que esteja acessando ou já tenha acessado a Organização Não Governamental (ONG) Casa Flores. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com as pesquisadoras ou com a instituição que forneceu os dados.

O objetivo desse estudo é avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional. Deseja-se compreender a importância de apoios no processo de reinserção social de mulheres que já passaram por essa situação; discutir práticas exitosas voltadas a mulheres para o enfrentamento dos impactos das dimensões de seus cotidianos, bem como, desenvolver um quadro dessas práticas para que outros serviços afins possam se beneficiar de tal tecnologia social.

A produção dos dados para a pesquisa será composta por três etapas. A primeira é a análise documental, com o intuito de avaliar e identificar a natureza das ações que vêm sendo realizadas pela entidade. Em seguida, na etapa 2 serão convidadas mulheres que acessam e/ou acessaram a ONG para as entrevistas individuais, no formato de encontro presencial, com os devidos cuidados em relação ao uso de máscaras, álcool gel 70º, encontro de apenas uma pessoa por vez, em sala arejada e limpa antes e depois do uso. As entrevistas acontecerão em local, data e horário a combinar, cuja previsão é de uma

hora para cada uma. Posteriormente, na etapa 3 as mulheres participantes serão convidadas para um encontro grupal, no qual utilizaremos a técnica do Mapa Corporal, em local, data e horário a combinar, cuja previsão de duração do encontro é de 4 horas no máximo, com os mesmos cuidados apontados na etapa 2.

Os dados produzidos serão tratados de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Todo material produzido nesta pesquisa, desde dos documentos e arquivos utilizados para análise documental, como as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições e material imagético produzido a partir dos body mappings, entre outros documentos serão armazenados no desktop das pesquisadoras, os quais será protegido por senha de acesso.

A sua participação na pesquisa não oferece risco imediato em nenhuma das etapas, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois alguns temas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar à um leve cansaço após responder cada um dos procedimentos. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, você poderá optar pela suspensão imediata da sua participação.

Na ocorrência de qualquer desconforto relacionado a produção dos dados para essa pesquisa, você será assistida imediatamente pelas pesquisadoras responsáveis e também pelo tempo necessário. Você não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Quanto aos benefícios, sua participação nesta pesquisa permitirá a experimentação de encontros como possibilidade de autoconhecimento, reflexões, partilhas e construções coletivas de uma rede apoio e cuidado. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta com a ampliação do conhecimento sobre a experiências de mulheres que acessam projetos de apoio após terem passado pelo sistema carcerário no Brasil; além do fornecimento de dados para políticas públicas para essas mulheres pelo meio de compartilhamento dessas práticas.

Caso você aceite participar da etapa 2 da pesquisa, solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. Se avançar à da etapa 3, o encontro com Mapa Corporal, solicito sua autorização para registro por recurso audiovisual.

A sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. Ela é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem qualquer tipo de represália ou outras consequências negativas. Tendo como garantia o recebimento de uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Essa é uma pesquisa de iniciação científica que está sendo realizada no Laboratório de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos pela graduanda Sara Mariana de Castro (Telefone: (19) 97421-9050 e E-mail saracastro@estudante.ufscar.br) sob orientação da Profa. Dra. Carla Regina Silva (Telefone: (16) 3551-8743 e E-mail: carlars@ufscar.br).

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos - SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

Caso concorde com os termos acima e deseja compartilhar suas respostas com as pesquisadoras, assinale:

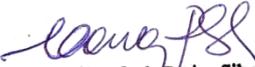
Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar e em divulgar os dados solicitados anonimamente.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil (016) 3351-8028. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

Este documento consta de 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Paulo, _____ de _____ de 2023.



Profa. Dra. Carla Regina Silva
Depto. Terapia Ocupacional
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Carla Regina Silva
Pesquisadora responsável

Sara Mariana de Castro

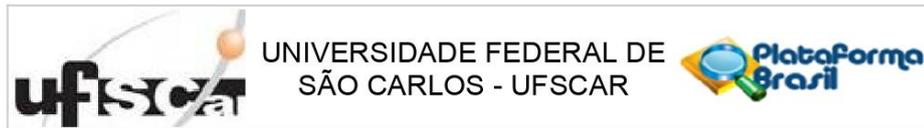
Pesquisadora

Participante da Pesquisa

Nome:

ANEXOS

I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: QUAL A INFLUÊNCIA DE PROJETOS DE APOIO EM SEUS COTIDIANOS?

Pesquisador: Carla Regina Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65409122.2.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.861.172

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO "MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: QUAL A INFLUÊNCIA DE PROJETOS DE APOIO EM SEUS COTIDIANOS?", de 20/12/2022), do Projeto Detalhado ("MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: QUAL A INFLUÊNCIA DE PROJETOS DE APOIO EM SEUS COTIDIANOS?", de 20/12/2022): RESUMO, HIPÓTESE, METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.

O projeto tem como temática principal o estudo da população egressa carcerária no Brasil, tendo em vista os estigmas, segregação e a ruptura da vida cotidiana que atravessam suas vidas. O objetivo é "avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional a partir das narrativas de mulheres que acessam uma ONG. A pesquisa, de caráter qualitativo pretende ser realizada em três etapas: análise documental, entrevistas semiestruturadas com mulheres egressas do sistema prisional, vinculadas à Casa Flores e a realização de encontro grupal com intuito de aplicação da metodologia visual do body mapping. Propõe-se contribuir com a discussão sobre a importância de entidades desse caráter no processo transformador na vida cotidiana de mulheres e, também, contribuir de forma assertiva na consolidação dessas práticas com a população feminina, tendo em vista toda as

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP
Município: SAO CARLOS
CEP: 13.565-905
Telefone: (16)3351-9685
E-mail: cephumanos@ufscar.br

subjetividades que permeiam o seu cotidiano, principalmente após a experiência da privação da sua liberdade”.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa apresenta como objetivo geral “Avaliar e identificar que tipos de apoios exercem impactos no processo de reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional, a partir das narrativas de mulheres que acessam uma Organização Não Governamental, bem como pelas narrativas de pessoas vinculadas a este serviço”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto já na primeira versão descreve quais seriam os riscos, preconizado pela resolução CNS Nº 466 de 2012, no item III.1.b (Ex.: “A realização e participação nesta pesquisa não oferece risco imediato em nenhuma das etapas, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois alguns temas podem remeter a algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar a um leve cansaço após responder cada um dos procedimentos. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, a participante poderá optar pela suspensão imediata de sua participação”). Os benefícios serão diretos e indiretos e são explicitados no projeto (Ex.: “A realização e participação nesta pesquisa permitirá a experimentação de encontros como possibilidade de autoconhecimento, reflexões, partilhas e construções coletivas de uma rede apoio e cuidado. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta com a ampliação do conhecimento sobre a experiências de mulheres que acessam projetos de apoio após terem passado pelo sistema carcerário no Brasil; além do fornecimento de dados para políticas públicas para essas mulheres pelo meio de compartilhamento dessas práticas”). Portanto, este quesito é atendido de acordo com a legislação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta-se coerente em sua proposta de pesquisa, insere as documentações solicitadas, acompanhados pelas referências bibliográficas. O desenho do estudo e a metodologia proposta para sua realização estão em acordo com o método levantado pelo estudo. Na segunda versão, foram feitos os ajustes necessários e ele não apresenta pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há.

Recomendações:

Não há.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685	E-mail: cephumanos@ufscar.br

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências elencadas na primeira versão foram todas atendidas nesta segunda versão, são elas:

1. A adequação do cronograma e ajuste nas datas foram feitas na segunda versão (“O cronograma segue a vigência do Projeto de Pesquisa, do mês de janeiro de 2023 ao mês de dezembro de 2023”) em todos os documentos;

2. Na segunda versão, o (a) pesquisador(a) explicita melhor a forma de participação das entrevistadas. No Projeto Detalhado afirma que: “...No que tange a realização das mesmas, será priorizado o encontro presencial, com os devidos cuidados em relação ao uso de máscaras, álcool gel 70º, encontro de apenas uma pessoa por vez, em sala arejada e limpa antes e depois do uso. Tais medidas sanitárias serão utilizadas tendo em vista a atual conjuntura de saúde pública mundial com o advento da pandemia do COVID-19, bem como, a possibilidade de estar em contato com pessoas de diferentes locais do Brasil. Nesse caso serão convidadas mulheres que acessam e/ou acessaram a ONG para as entrevistas individuais, em local, data e horário a combinar, cuja previsão é de uma hora para cada uma...” e “...O encontro será realizado de forma presencial, com os devidos cuidados em relação ao uso de máscaras, álcool gel 70º, encontro de apenas uma pessoa por vez, em sala arejada e limpa antes e depois do uso. Tais medidas sanitárias serão utilizadas tendo em vista a atual conjuntura de saúde pública mundial com o advento da pandemia do COVID-19.”;

3. Os esclarecimentos foram apresentados sobre o armazenamento dos dados coletados no estudo, bem como quais procedimentos após o encerramento da coleta dos mesmos (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, itens 3.2 e 3.3), são eles: “Todo material produzido nesta pesquisa, desde dos documentos e arquivos utilizados para análise documental, como as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições e material imagético produzido a partir dos body mappings, entre outros documentos serão armazenados no desktop das pesquisadoras, os quais será protegido por senha de acesso”.

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2045313.pdf	20/12/2022 17:12:05		Aceito
Outros	Carta_Resposta_5805202.pdf	20/12/2022 16:47:26	SARA MARIANA DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa_Corrigido.pdf	20/12/2022 16:45:14	SARA MARIANA DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Corrigido.pdf	20/12/2022 16:44:50	SARA MARIANA DE CASTRO	Aceito
Outros	Autorizacao_CasaFlores.pdf	17/11/2022 17:11:46	SARA MARIANA DE CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_29_assinado.pdf	17/11/2022 16:59:45	SARA MARIANA DE CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.861.172

SAO CARLOS, 23 de Janeiro de 2023

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Página 05 de 05